

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Parte I - Enquadramento geral do plano

2014

Comissão de acompanhamento do PMEPCA

Câmara Municipal de Aljezur	
José Gonçalves	Vereador com o pelouro da Proteção Civil
Mário Costa	Comandante Operacional Municipal
Jorge Duarte	Geógrafo

Equipa técnica responsável pela elaboração do PMEPCA

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur	
António Santos	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Filipe Carvalho	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Henrique Henriques	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil

Índice Geral

Índice de Figuras	4
Índice de Quadros	4
Lista de abreviaturas utilizadas	5
Parte I- Enquadramento geral do plano.....	6
1.Introdução.....	6
2. Âmbito de aplicação	8
3. Objetivos gerais.....	9
4. Enquadramento legal	10
5. Antecedentes do processo de planeamento.....	11
6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território	12
6.1. Articulação e interligação dos instrumentos de planeamento e gestão territorial	12
6.2. Identificação de riscos e vulnerabilidades e da harmonização de bases cartográficas	13
7. Ativação do plano	14
7.1. Competência para a ativação do plano.....	14
7.2. Critério para a ativação do plano	15
8. Programas de Exercícios.....	17

Índice de Figuras

Figura 1. Localização administrativa do concelho de Aljezur, Fonte: C.M.A.	8
---	---

Índice de Quadros

Quadro 1. Enquadramento legislativo para elaboração do PMEPCA.....	10
Quadro 2. Articulação e interligação entre os Instrumentos de planeamento e gestão territorial e o PMEPCA	12
Quadro 3. Programa de exercícios.....	17

Lista de abreviaturas utilizadas

- **CHA** Centro Hospitalar do Algarve
- **CMA** Câmara Municipal de Aljezur
- **CMPC** Comissão Municipal de Proteção Civil
- **COM** Comandante Operacional Municipal
- **CPX** Command Post Exercises (exercícios de posto de comando)
- **EN** Estrada Nacional
- **LIVEX** Live Exercises (exercícios à escala real)
- **NUT** Nomenclatura de Unidade Territorial
- **PDEPC** Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
- **PDM** Plano Diretor Municipal
- **PEERST-ALG** Plano Especial de Emergência de proteção Civil para o Risco Sísmico e de Tsunamis na Região do Algarve
- **PIMDFCI** Plano InterMunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- **PMEPCA** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur
- **POAP – PNSACV** Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- **PROF-ALG** Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve
- **PROT-ALG** Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
- **SIOPS** Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
- **SMPC** Serviço Municipal de Proteção Civil
- **SMS** Short Message Service (serviço de mensagens curtas)

Parte I- Enquadramento geral do plano

1.Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur (PMEPCA) é um plano de âmbito geral, concebido para enfrentar a generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que se admitem passíveis de ocorrer no concelho de Aljezur.

O presente plano é um documento formal no qual estão definidas as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas existentes no concelho que venham a desempenhar funções nas operações de proteção civil.

No concelho de Aljezur os riscos que apresentam maior probabilidade de ocorrência com consequências gravosas são os acidentes rodoviários, os acidentes envolvendo transporte de matérias perigosas, as cheias e inundações, os incêndios florestais, os incêndios urbanos/industriais, os sismos, os tsunamis, as ondas de calor, vagas de frio e a movimentação de massa em vertentes.

A elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur é da competência da Câmara Municipal através do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), segundo o n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

O diretor do plano é a Presidente da Câmara Municipal o qual será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo seu substituto legal, o Vereador com as competências da Proteção Civil. É da responsabilidade do diretor deste Plano assegurar a direção e coordenação do PMEPCA, bem como as medidas excecionais de emergência, com vista a minimizar a perda de vidas e bens e os danos ao ambiente, assim como o restabelecimento, tão rápido quanto possível, das condições mínimas de normalidade.

Este plano é composto por quatro partes. A parte I faz um enquadramento geral do plano, fundamentando as razões da sua existência, descrevendo o seu modo de

interligação com outros instrumentos análogos e indicando as condições para a sua ativação. A parte II define a organização da resposta, tipificando as missões e modo de atuação e articulação dos agentes de proteção civil e demais organismos e entidades de apoio. A parte III apresenta as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações. Finalmente a parte IV, contém a análise de risco, os sistemas de aviso, alerta, monitorização, vários cenários que estão na origem do plano e informação adicional.

As principais dificuldades e lacunas de informação sentidas na elaboração deste plano foram:

- ✓ Aquisição de cartografia em formato digital;
- ✓ Inexistência de uma listagem de meios e contatos completa e organizada.

2. Âmbito de aplicação

Este PMEPCA é de âmbito municipal, aplicável a todo o território do Concelho de Aljezur.

No concelho de Aljezur os riscos que apresentam maior probabilidade de ocorrência com consequências gravosas são os acidentes rodoviários, os acidentes envolvendo transporte de matérias perigosas, as cheias e inundações, os incêndios florestais, os incêndios urbanos/industriais, os sismos, os tsunamis, as ondas de calor, vagas de frio e a movimentação de massa em vertentes.

O Concelho de Aljezur integra-se na NUT II e NUT III – Algarve, situa-se na extremidade Ocidental do Distrito de Faro (Figura 1) e encontra-se delimitado a Norte pela Ribeira de Seixe, pelo Concelho de Odemira, Distrito de Beja, a Nascente pelo Concelho de Monchique, a Sul pelos Concelhos de Lagos e Vila do Bispo, e a Poente pelo Oceano Atlântico.

Geograficamente o Concelho de Aljezur localiza-se na orla de transição entre a unidade regional do Baixo Alentejo e o Algarve, no extremo Noroeste do Barlavento Algarvio, integrando a Costa Vicentina. É composto por quatro freguesias (Aljezur, Odeceixe, Rogil e Bordeira) ocupando 323 km² de área.

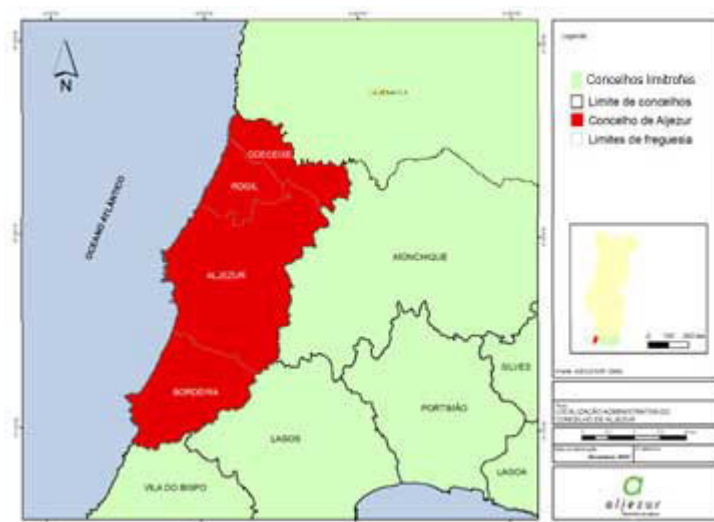


Figura 1. Localização administrativa do concelho de Aljezur, Fonte: C.M.A.

3. Objetivos gerais

São objetivos gerais do presente Plano:

- ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- ✓ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- ✓ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- ✓ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- ✓ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- ✓ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento legal

A elaboração do PMEPCA teve em consideração e foi devidamente enquadrada na legislação que vigora no âmbito da proteção civil, sobretudo nos diplomas legais abaixo mencionados, no Quadro 1.

Quadro 1. Enquadramento legislativo para elaboração do PMEPCA

Diploma	Descrição
Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho	Crítérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.
Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro	Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos SMPC e competências do COM.
Lei nº 27/2006 de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º1/2011 de 30 de Novembro	Lei de Bases da Proteção Civil.
Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro e pelo DL n.º72/2013 de 31 de maio	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)

5. Antecedentes do processo de planeamento

No Município de Aljezur, não existem versões anteriores aprovadas do plano, por esse motivo, o mesmo nunca foi ativado nem exercitado.

O processo de consulta pública consiste em, expor ao público, depois do parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Aljezur as partes não reservadas do plano, num período nunca inferior a 30 dias, que neste caso decorreu entre (14 / 04 /2014) e (29 / 05 /2014) para que seja possível, à população em geral, ter conhecimento do mesmo, e também, colocar observações pertinentes, sobre alguma falha ou incorreção que o mesmo possa conter.

O presente Plano foi sujeito a Consulta Pública nas suas componentes não reservadas, durante um período de 30 dias, não se verificando quaisquer contributos. Posteriormente, a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) emitiu parecer favorável à versão final deste Plano em 10 de outubro de 2014, tendo sido de seguida submetido a apreciação da ANPC.

6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território

O PMEPCA articula-se com os vários Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial existentes no território em questão, onde são identificados os riscos e vulnerabilidades, tendo em consideração as bases de dados cartográficas.

6.1. Articulação e interligação dos instrumentos de planeamento e gestão territorial

Quadro 2. Articulação e interligação entre os Instrumentos de planeamento e gestão territorial e o PMEPCA

Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial	Articulação e interligação
Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) <i>Encontra-se em revisão nesta data</i>	Organização operacional e missões dos vários intervenientes.
Plano Especial de Emergência de proteção Civil para o Risco Sísmico e de Tsunamis na Região do Algarve (PEERST-ALG)	Na organização operacional através de estruturas de nível Distrital e Municipal, na criação, do Posto de Comando Municipal, na definição da localização das Zonas de Concentração e Reserva, nas Zonas de Concentração e Apoio as Populações e nas Zonas de Reunião de Mortos.
Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-ALG)	Através da identificação do risco sísmico, do risco de incêndios florestais e do risco de erosão das arribas rochosas para o concelho de Aljezur, bem como, apresenta normas orientadoras de planeamento urbano, de forma, a evitar ou minimizar os efeitos de um sismo e do risco de incêndios florestais em áreas adjacentes as zonas urbanas.
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF-ALG)	Na gestão das áreas de uso da floresta, através da identificação das zonas críticas, gestão de combustíveis e redes de defesa da floresta.
Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	Na definição da localização das zonas de risco de cheias, erosão e contaminação da água.
Plano de Ordenamento da Orla Costeira, troço Sines -Burgau	Na identificação das zonas de risco de erosão e deslizamentos das arribas rochosas que possam provocar danos nas populações residentes ou turistas.
Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POAP – PNSACV)	Na identificação das zonas de risco de erosão das arribas rochosas, zonas ameaçadas pelas cheias, risco de sismo, risco de incêndio florestal.

Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial	Articulação e interligação
Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI) de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo	Na gestão de infraestruturas, zonas críticas, estabelecimento dos mecanismos de coordenação entre os vários intervenientes na defesa da floresta contra incêndios.
Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) dos concelhos vizinhos - Lagos, Odemira, Vila do Bispo e Monchique <i>Encontrando-se o PMEPC de Monchique em revisão nesta data</i>	Na resposta complementar aos aglomerados populacionais que se localizam nos limites administrativos em termos de infraestruturas de apoio disponíveis nos concelhos vizinhos.
Plano Diretor Municipal (PDM) de Aljezur	Na identificação das restrições à ocupação do solo nas zonas suscetíveis à ocorrência de determinados riscos de origem natural ou humana, considerados no PMEPCA.

6.2. Identificação de riscos e vulnerabilidades e da harmonização de bases cartográficas

Os riscos e vulnerabilidades identificadas nos diversos instrumentos de planeamento e gestão do território referidos anteriormente foram tidos em atenção, de forma, a existir uma harmonização entre as especificidades do risco do concelho e os referidos instrumentos foram transportados para as bases cartográficas em formato digital do PMEPCA (**seção II – Parte IV**).

7. Ativação do plano

A ativação do plano de emergência visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

7.1. Competência para a ativação do plano

Em consonância com a Lei de Bases da Proteção Civil e com a Lei que define o enquadramento da proteção civil no âmbito municipal, incumbe à CMPC de Aljezur a ativação do PMEPCA.

Quando a natureza do acidente grave ou catástrofe assim o justificar, por razões de celeridade do processo é dispensado o plenário da CMPC de Aljezur, admitindo-se a composição reduzida desta, sendo a ativação sancionada posteriormente pelo plenário da Comissão.

A composição reduzida é constituída pelo:

1. Presidente da Câmara Municipal, que preside;
2. Comandante Operacional Municipal;
3. Um elemento do comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Aljezur;
4. Um elemento da Guarda Nacional Republicana;

Os meios a utilizar para divulgação da ativação do PMEPCA são aqueles que garantem maior celeridade e maior acessibilidade a nível municipal: a Internet, designadamente através do sítio da Câmara Municipal de Aljezur (www.cm-aljezur.pt) e através da Rádio Foia (FM, 97.1 MHz), editais afixados em pontos estratégicos (juntas de freguesia e mercados municipais), via SMS.

O PMEPCA será desativado pela CMPC de Aljezur, quando deixarem de existir os pressupostos que determinaram a sua ativação como referido no **(7.2. Critério para a ativação do plano)** ou quando a gestão da situação de emergência tende para

uma operação de rotina que não implica a adoção de medidas especiais de resposta de Proteção Civil.

7.2. Critério para a ativação do plano

O PMEPCA é ativado quando existe a iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, planeamento e informação.

O PMEPCA deve ainda ser ativado sempre que os meios e recursos existentes sejam insuficientes na gestão e controle da ocorrência.

Cabe à CMPC de Aljezur avaliar a necessidade de ativação do PMEPCA de acordo com a natureza e magnitude do acidente grave ou catástrofe, tendo por base os seguintes pressupostos:

1. Ocorrência de vítimas num número igual ou superior a:
 - a) 10 Mortos;
 - b) e/ou 5 Desaparecidos;
 - c) e/ou 20 Desalojados;
 - d) e/ou 30 Evacuados;
 - e) e/ou 50 Feridos Ligeiros;
 - f) e/ou 15 Feridos Graves.
2. Danos totais ou parciais em edifícios, num total igual ou superior a 10.
3. Suspensão total do fornecimento de água potável à população, por um período superior a 72 horas;
4. Suspensão total do fornecimento de energia, por um período superior a 72 horas;
5. Suspensão total do serviço de telecomunicações básicas ao nível do município por um período superior a 72 horas;

6. Danos e/ou impedimentos totais em vias rodoviárias, nomeadamente a EN120, EN268 e EN267 essenciais à circulação no Município por um período superior a 24 horas;
7. Incêndios florestais com duração superior a 48 horas e com uma extensão de área ardida superior a 1000 hectares;
8. Acidente que envolva uma ou mais substâncias perigosas com implicações graves, imediatas ou retardadas, ao nível material, civil e do ambiente, este último com uma afetação de habitats numa área superior a 2 hectares;
9. Previsibilidade de ocorrência de ondas de calor, com uma duração superior a 6 dias consecutivos e com uma temperatura máxima superior a 35º C;
10. Previsibilidade de ocorrência de vagas de frio, com uma duração superior a 6 dias consecutivos e com uma temperatura máxima inferior a 0º C;
11. Surto epidemiológico grave do qual resultem mais que 5 vítimas mortais ou se preveja um alto nível de contágio com número superior a 50 vítimas;
12. Ocorrência de uma situação que, não estando prevista neste Plano, produza danos muito severos na atividade normal do município e das populações, e que por acordo dos membros da CMPC de Aljezur justifique a ativação excecional do Plano.

8. Programas de Exercícios

Por **exercício CPX**, entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência. Enquanto por **exercício LIVEX**, entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

No Quadro 3 encontra-se a calendarização prevista para os exercícios a realizar no âmbito do PMEPCA.

Quadro 3. Programa de exercícios

Cenário por Tipo Risco	Âmbito	Tipo Exercício	Período Anual Previsto
Cheias/inundações	Municipal	CPX	1º Trimestre/Anos pares
Incêndios Florestais	Municipal	LivEx	2º Trimestre/Anos ímpares
Incêndios Urbanos	Municipal	LivEx	4º Trimestre/Anos pares
Acidente Rodoviário (multivítimas)	Municipal	LivEx	4º Trimestre/Anos ímpares
Acidente com Matérias Perigosas	Municipal	CPX	3º Trimestre/Anos pares
Sismo	Municipal	CPX	1º Trimestre/Anos ímpares

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Parte II- Organização da resposta

2014

Comissão de acompanhamento do PMEPCA

Câmara Municipal de Aljezur	
José Gonçalves	Vereador com o pelouro da Proteção Civil
Mário Costa	Comandante Operacional Municipal
Jorge Duarte	Geógrafo

Equipa técnica responsável pela elaboração do PMEPCA

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur	
António Santos	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Filipe Carvalho	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Henrique Henriques	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil

Índice Geral

Índice de Quadros	4
Lista de abreviaturas utilizadas	5
Parte II- Organização da resposta.....	7
1. Conceito de atuação.....	7
1.1. Coordenação, missão, composição, atribuições e local de funcionamento da CMPC de Aljezur	9
2. Execução do Plano.....	10
2.1. Fase de Emergência.....	10
2.1.1. Descrição das ações imediatas a adotar para a proteção de pessoas, bens e ambiente.....	10
2.1.2. Identificação das entidades intervenientes face à tipologia do risco que determina a ativação PMEPCA.....	12
2.1.3. Definição dos critérios relativos à mobilização de recursos do sector público e privado	13
2.1.4. Explicitação da forma de desencadear os procedimentos inerentes à “Declaração da Situação de Alerta Municipal”.....	14
2.2. Fase de reabilitação.....	14
3. Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades de apoio.....	15
3.1 Missão dos agentes de proteção civil na fase de emergência e na fase de reabilitação.....	17
3.2 Missão dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência e na fase de reabilitação.....	22
3.3 Missão das Estruturas Autárquicas (EA).....	27

Índice de Quadros

Quadro 1. Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.....	8
Quadro 2. Coordenação, Missão, Composição, Atribuições e Local funcionamento da CMPC de Aljezur	9
Quadro 3. Entidades intervenientes conforme a tipologia do risco	12
Quadro 4. Missão dos agentes de proteção civil na fase de emergência e na fase de reabilitação	17
Quadro 5. Organismos e entidades de apoio na fase de emergência e na fase de reabilitação	22
Quadro 6. Missão das Estruturas Autárquicas na fase de emergência e na fase de reabilitação	27

Lista de abreviaturas utilizadas

- **AHBV** Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur
- **ANPC** Autoridade Nacional de Proteção Civil
- **APC** Agentes de Proteção Civil
- **CAPIC** Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise
- **CB** Corpo de Bombeiros
- **CCOD** Centro Coordenação Operacional Distrital
- **CCON** Centro Coordenação Operacional Nacional
- **CDOS** Comando Distrital Operações de Socorro
- **CDPC** Comissão Distrital de Proteção Civil
- **CHA** Centro Hospitalar do Algarve
- **CMA** Câmara Municipal de Aljezur
- **CMPC** Comissão Municipal de Proteção Civil
- **CNE** Corpo Nacional de Escutas
- **CNOS** Comando Nacional de Operações de Socorro
- **CNPC** Comissão Nacional de Proteção Civil
- **CODIS** Comandante Operacional Distrital
- **CONAC** Comandante Operacional Nacional
- **COS** Comandante das Operações de Socorro
- **DDeP** Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento
- **EA** Estruturas Autárquicas
- **EDP** Energias De Portugal
- **EP** Estradas de Portugal
- **ETAR** Estação de Tratamento de Águas Residuais

- **GNR** Guarda Nacional Republicana
- **ICNF** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- **INEM** Instituto Nacional de Emergência Médica
- **INMLCF** Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
- **IPSS** Instituição Particular de Solidariedade Social
- **ISS** Instituto da Segurança Social
- **MAI** Ministério da Administração Interna
- **OEA** Organizações e Entidades de Apoio
- **PCDis** Posto Comando Distrital
- **PCMun** Posto Comando Municipal
- **PCNac** Posto Comando Nacional
- **PCO** Posto de Comando Operacional
- **PMEPCA** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur
- **PRES ANPC** Presidente da Autoridade Nacional Proteção Civil
- **PRES CMA** Presidente da Câmara Municipal de Aljezur
- **SEPNA** Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
- **SMPC** Serviço Municipal de Proteção Civil
- **TO** Teatro de Operações
- **UCC** Unidade de Controlo Costeiro
- **ZI** Zona de Intervenção
- **ZRM** Zona Reunião de Mortos

Parte II- Organização da resposta

1. Conceito de atuação

O conceito de atuação de todos os intervenientes nas operações de proteção civil, segurança e proteção de pessoas, bens ou ambiente devem estar em conformidade com as normas e procedimentos dispostos no presente plano.

São estabelecidos, todos os princípios orientadores a aplicar numa operação de emergência de proteção civil. Assim, são definidas as missões, tarefas, objetivos e responsabilidades, de todos os agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, bem como tipificadas, classificadas e definidas as medidas a adotar para minimizar/mitigar os efeitos decorrentes de um acidente grave ou catástrofe.

Os planos de emergência de proteção civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação, ou seja, são criadas as condições favoráveis para que ocorra um empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos nas operações de proteção civil em situações de acidente grave ou catástrofe.

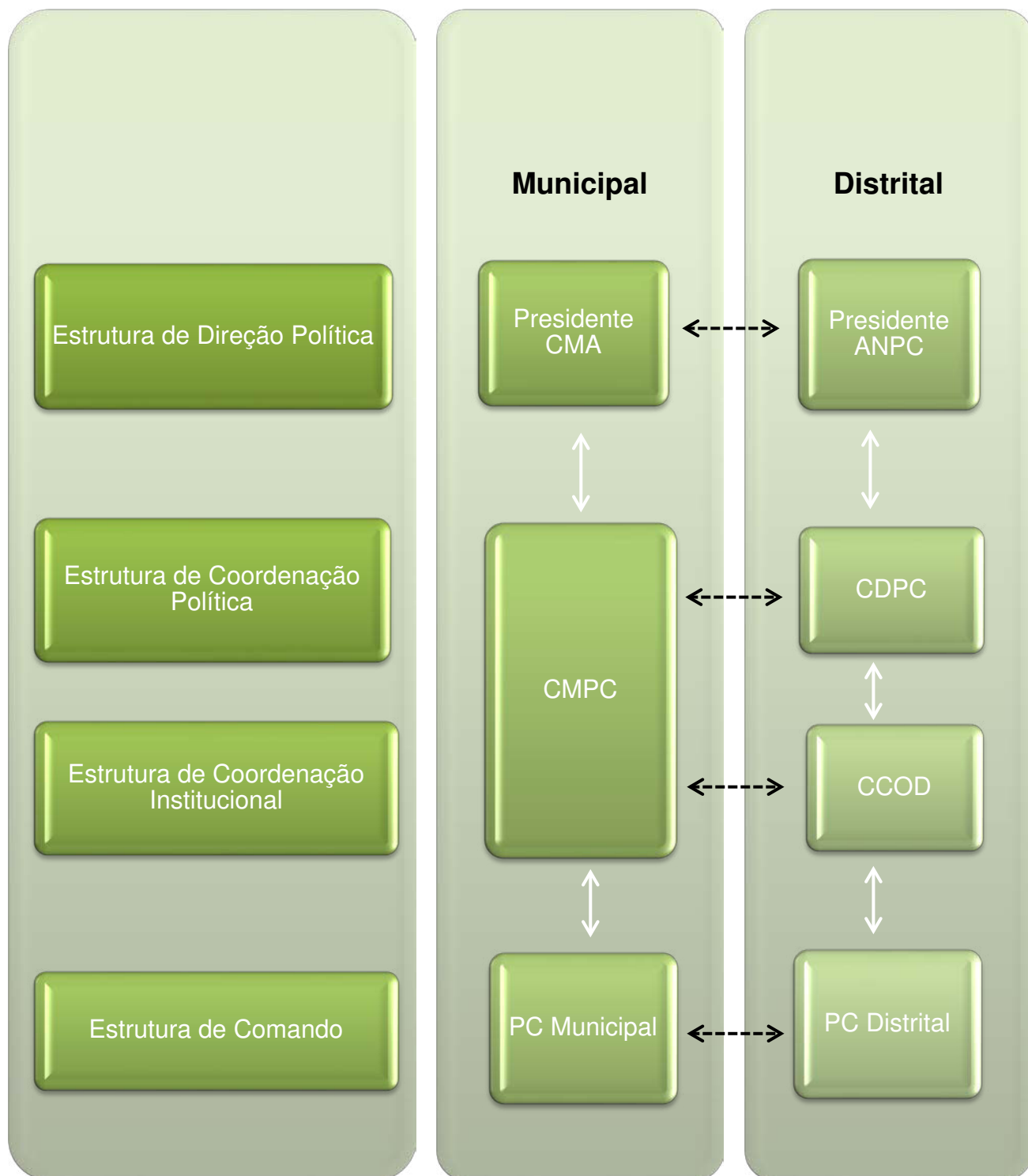
As ações de prevenção também se enquadram no modo de atuação, sendo necessário, uma correta previsão, prevenção, preparação e um planeamento adequado para que a resposta, seja o mais eficiente possível.

O conceito de atuação quer-se eficiente para que possa existir a garantia das condições necessárias para prevenir riscos, atenuar ou limitar os seus efeitos, no tempo e no espaço e socorrer pessoas em perigo ou salvaguardar bens e ambiente.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (Quadro 1.).

Ao nível do comando operacional, aos diferentes níveis, poderão existir Postos de Comando Operacionais (PCO) responsáveis pela gestão de todas as operações de proteção civil e socorro decorrentes do acidente grave ou catástrofe e pelo acionamento de meios.

Quadro 1. Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.



1.1. Coordenação, missão, composição, atribuições e local de funcionamento da CMPC de Aljezur

Quadro 2. Coordenação, Missão, Composição, Atribuições e Local funcionamento da CMPC de Aljezur

Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro	
Coordenação	✓ Presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Aljezur.
Missão	✓ Assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.
Composição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presidente do Município de Aljezur; ✓ Comandante Operacional Municipal de Aljezur; ✓ Um elemento de Comando dos Bombeiros Voluntários de Aljezur; ✓ Um representante da GNR de Aljezur; ✓ Um representante da GNR de Odeceixe; ✓ Um representante da GNR do Subdestacamento da UCC de Aljezur; ✓ Autoridade de Saúde do Município; ✓ O coordenador do Centro de Saúde de Aljezur; ✓ O diretor do Centro Hospitalar do Algarve; ✓ Um representante do Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS; ✓ Um representante dos SF da Associação Terras do Infante; ✓ Um representante da Casa da Criança; ✓ Um representante do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljezur; ✓ Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur; ✓ Um representante da EDP distribuição; ✓ Um representante da Freguesia de Odeceixe; ✓ Um representante da Freguesia de Rogil; ✓ Um representante da Freguesia de Aljezur; ✓ Um representante da Freguesia de Bordeira; ✓ Um representante das Águas do Algarve; ✓ Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas; ✓ Um representante da Autoridade Marítima Local - Capitania do Porto de Lagos.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar a elaboração do PMEPC de Aljezur e remetê-lo para aprovação pela CNPC, acompanhando a sua execução; ✓ Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; ✓ Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique; ✓ Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil; ✓ Difundir comunicados e avisos às populações, entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.
Local de funcionamento da CMPC de Aljezur	✓ Atualmente, a CMPC de Aljezur reúne-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na Rua Capitão Salgueiro Maia e, em alternativa, reunir-se-á no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Aljezur, na Rua dos Bombeiros Voluntários de Aljezur.

2. Execução do Plano

O Presidente da Câmara Municipal é o diretor do plano, mas se houver impossibilidade deste estar presente, será representado pelo seu substituto o vereador com competências de Proteção Civil.

O diretor do plano no uso das suas competências e responsabilidades que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da direção das operações de proteção civil envidará todos os esforços, para que todos os intervenientes possam ter as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado, não só de todos os meios e recursos disponíveis como também dos meios de reforço externos que venham a ser obtidos.

2.1. Fase de Emergência

A Fase de Emergência caracteriza as ações de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe, bem como providencia, através de uma resposta concertada as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências.

No sentido de criar mecanismos de resposta sustentada às solicitações decorrentes de acidente grave ou catástrofe são enumerados os seguintes aspetos:

- ✓ Notificação dos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio;
- ✓ Descrição das ações imediatas a adotar para a proteção de pessoas, bens e ambiente;
- ✓ Identificação e notificação de todos os intervenientes no plano
- ✓ Identificação das entidades intervenientes face à tipologia do risco que determina a ativação do presente PMEPCA;

2.1.1. Descrição das ações imediatas a adotar para a proteção de pessoas, bens e ambiente

- ✓ Ativar de imediato, total ou parcialmente, a CMPC de Aljezur e o presente PMEPCA se necessário;
- ✓ Informar o CDOS da situação, desde o início da ocorrência, e permanentemente, para acompanhar a evolução da situação, a fim de, em

tempo útil, providenciar a prontidão dos meios e recursos de socorro, caso sejam necessários;

- ✓ Solicitar ao CDOS, se necessário, os apoios e meios de reforço;
- ✓ Coordenar e promover a atuação das operações de proteção civil, tendo por objetivo garantir a execução das seguintes ações:
- ✓ Controlar o mais rápido possível a situação;
- ✓ Acionar o aviso às populações em risco, difundindo, se necessário, pelas vias de comunicação mais convenientes, anteriormente já mencionadas neste Plano, os conselhos e as medidas de autoproteção a adotar pelas populações em risco e procedimentos na proteção dos seus bens e meio ambiente;
- ✓ Acompanhar o evoluir da situação, permanentemente, a fim de, em tempo útil, promover a atuação dos meios de socorro;
- ✓ Tratar toda a informação recebida e difundi-la aos órgãos de comunicação social e APC e demais entidades intervenientes públicas e privadas para uma eficaz articulação, coordenação e atuação;
- ✓ Minimizar as perdas de vidas, de modo a controlar o mais rapidamente possível a situação, prestar o socorro adequado às pessoas em perigo e proceder à sua busca e salvamento, bem como proteger os bens e atenuar as agressões ao meio ambiente;
- ✓ Proceder à reposição dos serviços públicos essenciais (abastecimento de água, energia, comunicações e acessos) para fazer face à emergência;
- ✓ Efetuar a triagem de vítimas, promovendo a evacuação primária e secundária dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento;
- ✓ Garantir a manutenção da lei e da ordem e garantir a circulação nas vias de acesso e corredores de emergência, necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco;
- ✓ Desenvolver a assistência a todos os potenciais atingidos, evacuando-os das zonas de risco, acionando os procedimentos para o alojamento, agasalho e alimentação desta população;

- ✓ Requisitar os meios humanos e equipamentos (terrestres e aéreos) de intervenção, reforço, apoio e assistência, pertencentes aos APC e outras entidades públicas ou privadas;
- ✓ Desencadear as ações de mortuárias adequadas à situação;
- ✓ Disponibilizar verbas para fazer face às funções de suporte à emergência;
- ✓ Enviar Relatórios de Situação, incluindo avaliação da situação para a ANPC \ CDOS de Faro.

2.1.2. Identificação das entidades intervenientes face à tipologia do risco que determina a ativação PMEPCA

Quadro 3. Entidades intervenientes conforme a tipologia do risco

Tipologia do Risco	Entidades Intervenientes
Incêndios Urbanos/Industriais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Centro de Saúde de Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur
Acidentes Rodoviários	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Centro de Saúde de Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ INEM ✓ SMPC Aljezur ✓ EP (Estradas de Portugal)
Cheias, Inundações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Centro de Saúde de Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur
Incêndios Florestais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Centros de Saúde de Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur ✓ Sapadores Florestais ✓ ICNF ✓ Cruz Vermelha Portuguesa ✓ CNE – Agrupamento 1303 de Aljezur
Sismos / tsunamis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ Autoridade Marítima ✓ GNR ✓ INEM ✓ Centros de Saúde Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur

Tipologia do Risco	Entidades Intervenientes
Transportes de matérias perigosas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Autoridade Marítima ✓ Centro de Saúde de Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur ✓ EP (Estradas de Portugal)
Movimentação de massa em vertentes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ GNR ✓ Centros de Saúde Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur ✓ EP (Estradas de Portugal)
Ondas de calor	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ Centros de Saúde Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur
Vagas de frio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bombeiros de Aljezur ✓ Centros de Saúde Aljezur ✓ Centro Hospitalar do Algarve ✓ SMPC Aljezur

2.1.3. Definição dos critérios relativos à mobilização de recursos do sector público e privado

Os meios e recursos utilizados para prevenir ou enfrentar os riscos de acidente ou catástrofe são os previstos no PMEPCA (constam da **Parte IV, Secção III, ponto 1**) ou, na sua ausência ou insuficiência, os determinados pela Autoridade de Proteção Civil que assumir a direção das operações.

É dada preferência à utilização dos meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados.

A utilização de meios e recursos é determinada segundo critérios de proximidade e de disponibilidade (Artigo 10.º, Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho).

2.1.4. Explicitação da forma de desencadear os procedimentos inerentes à “Declaração da Situação de Alerta Municipal”

Nas situações em que se verifique a necessidade de declaração da situação de alerta municipal, compreende a convocação extraordinária da CMPC de Aljezur, no sentido de permitir que os diferentes elementos que integram a referida Comissão, atuem no domínio da Proteção Civil, determinem estratégias de intervenção a adotar e analisem as necessidades de apoio nas diferentes ações a desenvolver, com meios humanos e materiais próprios e de outras entidades públicas ou privadas.

Na **Parte IV, Secção I, ponto 2.2.** encontram-se os critérios para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal.

2.2. Fase de reabilitação

Esta fase de reabilitação é caracterizada por um conjunto de ações e medidas de recuperação que se destinam a:

- ✓ Acionar a reposição urgente da normalização das condições de vida das populações atingidas, ao rápido restabelecimento das infraestruturas e dos serviços públicos e privados essenciais.
- ✓ Prevenir, através de procedimentos pró - ativos, novos acidentes;
- ✓ Estabelecer condições para:
 - Regresso das populações, bens e animais deslocados;
 - Inspeções de edifícios e estruturas;
 - Remoção de destroços e entulhos.
- ✓ Avaliação e quantificação dos danos pessoais e matérias com o objetivo de obter informação para:
 - Apoiar as atividades das Forças de Intervenção (receber apoio do SMPC/CMA);
 - Determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes públicas essenciais (água, energia e comunicações);
 - Estimar os prejuízos causados pelo acidente grave ou catástrofe.

3. Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades de apoio

Tanto para a fase de emergência como para a fase de reabilitação, os agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio elencados, desempenham tarefas, de acordo com as respetivas competências, ao nível de medidas imediatas de resposta, bem como ao nível de funções de suporte de emergência e de recuperação das condições de normalidade.

Todos os APC e OEA com a missão neste plano deverão colaborar na divulgação da ativação do mesmo junto da população, bem como, divulgar as medidas de autoproteção que devem adotar.

Nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, são agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

- ✓ Corpos de Bombeiros;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Polícia de Segurança Pública;
- ✓ Forças armadas;
- ✓ Autoridade Marítima e Aeronáutica;
- ✓ Instituto Nacional de Emergência Médica e demais serviços de saúde;
- ✓ Sapadores Florestais;
- ✓ Cruz Vermelha Portuguesa (estatuto próprio).

Os agentes de proteção civil implementados no município de Aljezur são:

- ✓ Bombeiros de Aljezur;
- ✓ Sapadores Florestais das Terras do Infante;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Instituto Nacional de Emergência Médica e demais serviços de saúde;

Os organismos e entidades de apoio são todos os serviços e instituições, públicos e privados, com o dever especial de cooperação com agentes de proteção civil ou com

competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente, designadamente:

- ✓ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (AHBV) de Aljezur;
- ✓ Energias de Portugal (EDP);
- ✓ Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF);
- ✓ Empresas de Segurança Privada;
- ✓ Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Aljezur;
- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de Aljezur;
- ✓ Estradas de Portugal;
- ✓ Ministério Público;
- ✓ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- ✓ Operadoras de telecomunicações;
- ✓ Corpo Nacional de Escutas (CNE), agrupamento 1303 de Aljezur;
- ✓ Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur;
- ✓ Juntas de Freguesia do Concelho;
- ✓ Município de Aljezur;
- ✓ Restaurantes e empresas de *catering*;
- ✓ Unidades hoteleiras;
- ✓ Agências Funerárias;
- ✓ Águas do Algarve.

3.1 Missão dos agentes de proteção civil na fase de emergência e na fase de reabilitação

Quadro 4. Missão dos agentes de proteção civil na fase de emergência e na fase de reabilitação

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Bombeiros Voluntários de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprem todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Desenvolvem ações relacionadas com a prevenção e o combate a incêndios, o socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes, o socorro a náufragos e buscas subaquáticas, e o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; ✓ Fornecem ao CDOS informação sobre qualquer alteração que ocorra nos respetivos meios e recursos e capacidades de intervenção; ✓ Participam na prestação de primeiros socorros aos sinistrados, assim como na evacuação primária nas suas áreas de intervenção ou em reforço; ✓ Efetivam o seu apoio ao TO, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças dos bombeiros em reforço da sua área de atuação própria; ✓ Distribuição de água à população com recurso aos meios do CB. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprem todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Desenvolvem uma rápida reposição das condições de normalidade; ✓ Promovem a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigos de desmoronamentos; ✓ Colaboram nas ações de mortuária, nas suas áreas de intervenção ou em reforço; ✓ Procedem à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, com o objetivo de obter informações destinadas a apoiar as atividades das forças de intervenção, a determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes públicas essenciais.

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Guarda Nacional Republicana	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprem todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas, em conformidade com Diretiva Operacional própria; ✓ Assegura a manutenção da ordem, na sua zona de intervenção, salvaguardando a atuação das outras entidades e organismos operacionais; ✓ Isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança em zonas e períodos críticos; ✓ Restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência/evacuação para as forças de socorro; ✓ Escolta e faz segurança aos meios dos bombeiros na Zona de Intervenção (ZI) em deslocamento para operações; ✓ Apoio à evacuação de populações em perigo; ✓ Segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional (centrais elétricas, telecomunicações transportes e distribuição de água); ✓ Proteção da propriedade privada contra atos de saque; ✓ Empenhamento dos meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas; ✓ Empenhamento do SEPNA na análise e deteção de zonas potencialmente contaminadas, nomeadamente ao nível dos solos, águas e atmosfera; ✓ Aciona os meios de identificação de vítimas/medicina forense e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciência Forenses. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprem todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Executam medidas necessárias à normalização; ✓ Promovem condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados; ✓ Promovem a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigos de desmoronamentos; ✓ Procedem à análise e quantificação.

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Centro Hospitalar do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordena e assegura as ações de cuidados de saúde diferenciados à população afetada; ✓ Assegura uma permanente articulação com as várias unidades hospitalares vizinhas e com o Centro de Saúde de Aljezur, de modo, a garantir a máxima assistência médica possível nas instalações dos mesmos; ✓ Garante, um reforço adequado de profissionais de saúde em todas as unidades de saúde que se encontrem operativas na zona de intervenção; ✓ Mobiliza e destaca para, o INEM, equipas médicas e de enfermagem para fins de reforço nas ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem e hospitais de campanha; ✓ Assegura o funcionamento dos serviços de urgência regulares, no seu âmbito; ✓ Apoia as ações de mortuária. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presta assistência médica e psicológica às populações afetadas.
Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio às atividades de socorro e salvamento e de saúde e evacuação secundária; ✓ Apoiam a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais; ✓ Apoiam as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações; ✓ Apoiam no fornecimento, confeção e distribuição de bens alimentares, alojamento provisório e higiene das populações evacuadas; ✓ Apoiam com pessoal e equipamento as ações de demolição, escoramento, desobstrução de vias e remoção de destroços, bem como a reabilitação das redes e serviços públicos essenciais; ✓ Colaboram na manutenção e reparação de equipamentos, transportes e fornecimento de outros artigos disponíveis; ✓ Contribuem com meios disponíveis para a recolha e armazenamento do produto de dádivas; ✓ Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências, de acordo com o legislado sobre a matéria. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executam as medidas necessárias à normalização da vida das populações atingidas, nomeadamente no que concede à rede viária, obras de artes e no reforço e/ou reativação das redes de telecomunicações; ✓ Apoiam a GNR na manutenção da ordem pública e colocam os meios próprios disponíveis; ✓ Apoiam as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações; ✓ Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências, de acordo com o legislado sobre a matéria.

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Autoridade Marítima	<ul style="list-style-type: none"> ✓ De acordo com a Diretiva Operacional Nacional nº1, o Capitão do Porto, no âmbito das competências que a lei lhe confere, assume as funções de Comandante das Operações de Socorro (COS) em estreita colaboração com as entidades competentes territorialmente, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima, nomeadamente em situações de inundações; sinistros marítimos ou acidentes ambientais; ✓ Presta apoio a tarefas relacionadas com as operações de reabastecimento (“SCOOPING”) dos aerotanques anfíbios de combate a incêndios florestais; ✓ Proceda a ações de busca e salvamento na sua área de jurisdição; ✓ Disponibiliza informação operacional permanente no âmbito da atividade de proteção e socorro à estrutura de comando, coordenação e controlo montada. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capitão do Porto no uso das suas competências de COS, em locais de sua jurisdição, providencia todas as medidas com vista ao restabelecer da normalidade; ✓ Presta apoio, em todas as outras situações, às entidades competentes, com vista à reposição da normalidade; ✓ Disponibiliza informação operacional permanente no âmbito da atividade de proteção e socorro à estrutura de comando, coordenação e controlo montada.
INEM e serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumpre todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Coordena todas as atividades de saúde em ambiente pré hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de postos médicos avançados; ✓ Executa a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumpre todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Executam medidas necessárias à normalização, prestam apoio psicossocial as vítimas com recurso ao Cento de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC).
S. F. Terras do Infante	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumpre todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Exercem funções de vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios florestais; ✓ Dão resposta ao que lhes for solicitado pela CMPC de Aljezur. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumpre todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas; ✓ Realizam atividades de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva; ✓ Realizam funções de vigilância e operações de rescaldo; ✓ Procedem à reabertura da rede viária florestal.

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Cruz Vermelha Portuguesa de Lagos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervém no âmbito do apoio, busca e salvamento, socorro, assistência sanitária e social, colaborando na evacuação, transporte de desalojados e ilesos, na instalação de alojamentos temporários bem como na montagem de postos de triagem, no levantamento de feridos e cadáveres, no apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas, de acordo com o seu estatuto e disponibilidade, e em coordenação com os demais APC; ✓ Assegura a evacuação de feridos, o transporte de desalojados e ilesos e a instalação de postos de alojamento temporário; ✓ Colabora na montagem de postos de triagem, estabilização e evacuação, em articulação com as autoridades de saúde; ✓ Assegura o apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias de jovens e/ou outras camadas da população; ✓ Faz o enquadramento do pessoal voluntário que se oferecer para colaborar. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executa medidas necessárias à normalização; ✓ Colabora na evacuação, transporte de alojamento temporários bem como na montagem de postos de triagem; ✓ Auxilia no levantamento de feridos e cadáveres, no apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas.
Autoridade de Saúde do Município	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procede à requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde em caso de epidemias graves e outras situações semelhantes; ✓ Colabora, dentro da sua área de competência, com as unidades de saúde do seu âmbito geodemográfico; ✓ Exerce os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei ou que lhe hajam sido superiormente delegados ou subdelegados pela autoridade de saúde regional; ✓ Aciona os materiais necessários para as ações de mortuária (poderá apoiar-se no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, no Centro Hospitalar do Algarve e no Centro de Saúde de Aljezur). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procede à requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde em caso de epidemias graves e outras situações semelhantes; ✓ Exerce os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei ou que lhe hajam sido superiormente delegados ou subdelegados pela autoridade de saúde regional; ✓ Vigia o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos abrigos temporários, dos estabelecimentos locais de utilização pública e determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública.

APC	Fase Emergência	Fase Reabilitação
Centro de Saúde de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população; ✓ Colaborar e reforçar, as equipas do INEM, nas ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem e hospitais de campanha; ✓ Assegurar uma permanente articulação com as várias extensões de saúde existentes no Município e com o Centro Hospitalar do Algarve de modo, a garantir a máxima assistência médica possível nas instalações dos mesmos; ✓ Prestar assistência médica às populações evacuadas; ✓ Assegurar o funcionamento dos serviços regulares, no seu âmbito; ✓ Apoiar ações de mortuária. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prestar assistência médica às populações evacuadas; ✓ Promover, em conjunto com as instituições e serviços de segurança social, a continuidade de assistência médica; ✓ Informar a população sobre os procedimentos de saúde a adotar; ✓ Exerce os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei.

3.2 Missão dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência e na fase de reabilitação

A missão de todos os serviços e instituições, públicos e privados, é o dever especial de cooperação com os agentes de proteção civil nos domínios com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente, sempre seguindo o princípio de comando único mencionado pela Lei de Bases da Proteção Civil.

Para a reposição urgente da normalização das condições de vida da população atingida, e face à tipologia do risco, deverão ser executadas ações essenciais para o rápido restabelecimento das infraestruturas e dos serviços públicos e privados essenciais.

Quadro 5. Organismos e entidades de apoio na fase de emergência e na fase de reabilitação

OEA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
AHBV de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam logisticamente a sustentação das operações de combate e socorro, na área de atuação própria do seu Corpo de Bombeiros, com o apoio do respetivo SMPC; ✓ Disponibilizam as respetivas instalações sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dão apoio às medidas necessárias à normalização da vida das populações atingidas e à neutralização dos efeitos provocados pelo acidente grave ou catástrofe; ✓ Disponibilizam as respetivas instalações sempre que necessário.

OEA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
EDP	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura o restabelecimento da distribuição de energia elétrica em situação de emergência, ativa as equipas de intervenção; ✓ Assegura o fornecimento de energia as infraestruturas críticas, como estruturas da proteção civil, forças de segurança e centro de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais de avaliação das infraestruturas e redes elétricas; ✓ Assegura o restabelecimento da distribuição de energia elétrica.
Santa Casa da Misericórdia de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presta apoio às populações com bens de primeira necessidade nomeadamente com alimentação e agasalhos; ✓ Presta assistência humanitária; ✓ Coloca os seus meios e recursos à disposição das ações de socorro e assistência; ✓ Colabora nas ações de logística. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presta apoio social às populações com bens de primeira necessidade, como agasalhos, alimentação e água potável; ✓ Presta assistência humanitária; ✓ Coloca os seus meios e recursos à disposição das ações de reposição da normalidade; ✓ Colabora nas ações de logística.
Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários setores intervenientes; ✓ Assegura o apoio na prestação de primeiros socorros psicológicos; ✓ Colabora na definição de critérios de apoio à população; ✓ Assegura a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários setores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; ✓ Participa nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos; ✓ Participa na instalação de Zonas Apoio à População, assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; ✓ Colabora nas ações de movimentação de populações (acolhimento). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários sectores intervenientes; ✓ Assegura o apoio psicológico de continuidade às vítimas.
Unidades Hoteleiras	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam e disponibilizam meios para a receção temporária de pessoas deslocadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam e disponibilizam meios para a receção temporária de pessoas deslocadas.

OEA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coloca os seus meios à disposição das ações de proteção e socorro; ✓ Exercem funções de vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios florestais; ✓ Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presta assessoria técnica aos decisores; ✓ Coloca os seus meios à disposição no restabelecimento da situação de normalidade; ✓ Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.
Estradas de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mantém os Postos de Comando Municipais informados da estrutura própria de manutenção de vias e de recuperação e resposta em emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional, com principal ênfase para a área afetada; ✓ Promove a melhoria das condições de circulação e assegura a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade; ✓ Assegura a disponibilidade de dirigentes operacionais, com responsabilidade nas infraestruturas afetadas.
Restaurantes e empresas de catering	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam logisticamente as forças de intervenção através de alimentação e água potável; ✓ Colaboram na confeção e distribuição da alimentação às populações deslocadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaboram na confeção e distribuição da alimentação às populações deslocadas.
Agências Funerárias	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os serviços fúnebres; ✓ Recolha e transporte de cadáveres. 	

OEA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Empresas de Segurança Privada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colabora com as autoridades policiais nas missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; ✓ Apoiam na restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; apoio à evacuação de populações em perigo; ✓ Colaboram na segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico; ✓ Colaboram na proteção da propriedade privada contra atos de saque. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam medidas necessárias à normalização; ✓ Promovem condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados.
CNE- Agrupamento 1303 de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colabora na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento; ✓ Presta apoio domiciliário à população desprotegida; ✓ Realiza ações de estafeta no apoio as atividade das entidades com responsabilidade nas ações de proteção civil; ✓ Organiza recolhas e distribuição de roupas e outros bens. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colabora com outras entidades no sentido de apoiar pessoas deslocadas, a regressarem ao seu local de origem; ✓ Colabora na limpeza das zonas afetadas.
Agrupamento vertical de escolas de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colabora na receção da população deslocada; ✓ Disponibiliza as suas instalações para a receção de deslocados. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colabora na receção da população deslocada; ✓ Disponibiliza as suas instalações para a receção de deslocados.
Operadores de Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ativam as suas equipas de manutenção e reparação; ✓ Asseguram o estabelecimento das comunicações necessárias às operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ativam as suas equipas de manutenção e reparação; ✓ Procedem ao restabelecimento das comunicações.

OEA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
IPSS de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participa nas ações de apoio logístico as forças de intervenção; ✓ Apoia psicologicamente as populações afetadas; ✓ Disponibiliza o cadastro/lista, atualizados da população desprotegida no concelho (idosos sem apoio familiar, doentes inválidos e sem abrigo); ✓ Colabora na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento; ✓ Presta apoio domiciliário à população desprotegidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presta apoio domiciliário à população desprotegidas; ✓ Apoia psicologicamente as populações afetadas.
INMLCF	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assume a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares; ✓ Gere as ZRM e os necrotérios provisórios; ✓ Mobiliza a Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres, acionando os seus sistemas de alerta próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mantém mobilizada a Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres.
Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordena os Serviços Mortuários, em articulação com o INMLCF; ✓ Garante a autorização de remoção de cadáveres para autópsia; ✓ Decide sobre a ativação de Centros de Recolha de Informação para obtenção de dados Ante-Mortem. 	✓
Águas do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garante a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável ao Município; ✓ Garante uma reserva para abastecimento de água ao Município; ✓ Assegura as intervenções na rede em alta e nas estações de tratamento; ✓ Garante a avaliação e reparação prioritária das infraestruturas de saneamento básico e das estações de tratamento de águas residuais (ETAR), por forma a controlar possíveis contaminações decorrentes de danos causados na sequência de acidente grave ou catástrofes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura as intervenções na rede em alta e nas estações de tratamento; ✓ Assegura o controlo da qualidade da água nas redes em alta e na entrega em baixa ao Município de Aljezur; ✓ Garante a reposição do fornecimento de água para consumo humano nos reservatórios de entrega em baixa ao Município de Aljezur; ✓ Garante a reparação das infraestruturas de saneamento básico e das ETAR por forma a repor a normalidade no encaminhamento e tratamento de águas residuais.

3.3 Missão das Estruturas Autárquicas (EA)

Quadro 6. Missão das Estruturas Autárquicas na fase de emergência e na fase de reabilitação

EA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concedem todo o apoio necessário às ações a desenvolver; ✓ Colocam todos os seus meios humanos e materiais ao serviço das ações a desenvolver no âmbito da Proteção Civil; ✓ Participam localmente na difusão de avisos e informação pública as populações; ✓ Apoiam a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios, disponíveis a deposição da evacuação das populações; ✓ Exercem as demais atividades no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concedem todo o apoio necessário às ações a desenvolver; ✓ Colocam todos os seus meios humanos e materiais ao serviço das ações a desenvolver no rápido restabelecer da normalidade; ✓ Auxiliam na análise e avaliação dos efeitos causados, quer nos bens, quer no ambiente, quer essencialmente na população; ✓ Exercem as demais atividades no âmbito das suas competências.
Departamento de obras e urbanismo da CMA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo auxilia a CMPC de Aljezur na definição das medidas de emergência a desenvolver nas áreas afetadas (estabilização de edifícios e demolições de emergência); ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo ficará responsável por contactar as entidades públicas e privadas que poderão prestar apoio na definição das estratégias de intervenção a operacionalizar. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo auxilia a CMPC de Aljezur na definição das medidas de emergência a desenvolver nas áreas afetadas (estabilização de edifícios e demolições de emergência); ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo ficará responsável por contactar as entidades públicas e privadas que poderão prestar apoio na definição das estratégias de intervenção a operacionalizar; ✓ Cabe apresentar estratégias de ação de modo a reativar os serviços essenciais do município.

EA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
DDeP – Serviços de Ação Social CMA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete à Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento – Serviços de Ação Social a satisfação das necessidades de alimentação, água potável e agasalhos à população deslocada, com a colaboração das instituições de ação social do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete à Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento – Serviços de Ação Social a satisfação das necessidades de alimentação, água potável e agasalhos à população deslocada, com a colaboração das instituições de ação social do concelho.
SMPC de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal; ✓ Assegura a funcionalidade e a eficácia da estrutura da CMPC; ✓ Inventaria e atualiza permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC; ✓ Mantém a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso; ✓ Presta apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; ✓ Estuda as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas; ✓ Difunde avisos, alertas e outros considerados essenciais. ✓ Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal; ✓ Assegura a funcionalidade e a eficácia da estrutura da CMPC; ✓ Prestar o apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; ✓ Estuda as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas. ✓ Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação; ✓ Procede à análise e quantificação dos danos.

EA	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Divisão Administrativa e Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete a divisão administrativa e recursos humanos do município as negociações contratuais relativas a bens e serviços para apoio às operações de proteção civil; ✓ É responsável pela administração e gestão dos processos de seguros. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete a divisão a divisão administrativa e recursos humanos do município as negociações contratuais relativas a bens e serviços para apoio às operações de proteção civil; ✓ É responsável pela administração e gestão dos processos de seguros.
Município de Aljezur	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete ao Município assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais; ✓ Assegura a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; ✓ Prestar apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; ✓ Estuda as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas. ✓ Difusão de avisos, alertas e outros considerados essenciais; ✓ Coloca ao serviço da Proteção Civil, todos os recursos disponíveis para fazer face à situação de desastre ou catástrofe; ✓ Coloca meios humanos sob a coordenação do comandante das operações de socorro, com o intuito de suprir situações para as quais não seja necessária especialização técnica e meios específicos; ✓ Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação; ✓ Apoia nas ações logísticas necessárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compete ao Município assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais; ✓ Assegura a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; ✓ Prestar o apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; ✓ Estuda as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas. ✓ Coloca ao serviço da Proteção Civil, todos os recursos disponíveis com o objetivo de repor o mais rapidamente a situação de normalidade; ✓ Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação; ✓ Apoia nas ações logísticas necessárias; ✓ Procede à análise e quantificação dos danos.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Parte III - Áreas de intervenção

2014

Comissão de acompanhamento do PMEPCA

Câmara Municipal de Aljezur	
José Gonçalves	Vereador com o pelouro da Proteção Civil
Mário Costa	Comandante Operacional Municipal
Jorge Duarte	Geógrafo

Equipa técnica responsável pela elaboração do PMEPCA

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur	
António Santos	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Filipe Carvalho	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Henrique Henriques	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil

Índice Geral

Índice de Quadros	5
Lista de abreviaturas utilizadas	6
Parte III - Áreas de intervenção	8
1. Administração de meios e recursos.....	9
1.1. Responsabilidade da gestão financeira e de custos	9
1.2. Negociações contratuais, aquisição de meios/equipamentos e remuneração do pessoal envolvido	9
1.3. Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos	10
1.4. Gestão de processos de seguros e conta de emergência	10
1.5. Modos de contactos com as entidades fornecedoras	10
2. Logística	11
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção.....	11
2.1.1. Alimentação e água potável	12
2.1.2. Combustíveis e Lubrificantes	13
2.1.3. Manutenção e reparação de equipamentos	13
2.1.4. Transportes	13
2.1.5. Material sanitário	13
2.1.6. Material de mortuária.....	14
2.1.7. Serviços técnicos.....	14
2.1.8. Alojamento	14
2.2. Apoio logístico às populações.....	14

2.2.1. Alimentação, água potável e agasalhos	15
2.2.2. Abrigos temporários	15
a) Auto abrigo provisório.....	16
b) Abrigos substitutos	16
c) Abrigos comunitários em espaços interiores	16
d) Abrigos Comunitários em espaços exteriores	16
3. Comunicações.....	17
3.1. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)	19
3.2. Rede Operacional de Bombeiros (ROB)	19
3.3. Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)	20
4. Gestão da Informação	21
4.1. Gestão da informação entre as entidades atuantes nas operações	22
4.2. Gestão da informação às entidades intervenientes no plano.....	22
4.3. Informação pública (população e órgãos de comunicação social).....	23
5. Procedimentos de Evacuação	24
6. Manutenção da Ordem Pública	27
7- Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	28
7.1 Unidades Hospitalares alternativas para receção de vítimas.....	29
8. Socorro e salvamento.....	30
9. Serviços mortuários	32
10. Protocolos.....	34

Índice de Quadros

Quadro 1. Localização das ZCR por freguesia.....	11
Quadro 2. Apoio logístico às forças de intervenção	11
Quadro 3. Apoio logístico às populações	14
Quadro 4. Comunicações	17
Quadro 5. Gestão da Informação	21
Quadro 6. Procedimentos de evacuação	25
Quadro 7. Locais de abrigos temporários em espaços interiores no concelho de Aljezur	25
Quadro 8. Locais de concentração em espaços exteriores no concelho de Aljezur.	26
Quadro 9. Manutenção da ordem pública	27
Quadro 10. Serviços médicos e transporte de vítimas	28
Quadro 11. Capacidade das casas mortuárias por freguesia.....	32
Quadro 12. Locais das morgues provisórias no concelho de Aljezur, sempre que não seja possível na casa mortuária.	33
Quadro 13. Locais para sepultamento de emergência no concelho de Aljezur, sempre que não seja possível nos cemitérios.....	33

Lista de abreviaturas utilizadas

- **AHBV** Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
- **ANPC** Autoridade Nacional de Proteção Civil
- **APC** Agentes de Proteção Civil
- **BV** Bombeiros Voluntários
- **CCBSA** Centro Coordenação Busca Salvamento Aéreo
- **CCON** Centro Coordenação Operacional Nacional
- **CDOS** Comando Distrital Operações de Socorro
- **CHA** Centro Hospitalar do Algarve
- **CMA** Câmara Municipal de Aljezur
- **CMPC** Comissão Municipal de Proteção Civil
- **CNE** Corpo Nacional de Escutas
- **CNOS** Comando Nacional de Operações de Socorro
- **COM** Comandante Operacional Municipal
- **COS** Comandante das Operações de Socorro
- **CVP** Cruz Vermelha Portuguesa
- **DDeP** Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento
- **EDP** Energias De Portugal
- **EP** Estradas de Portugal
- **GNR** Guarda Nacional Republicana
- **ICNF** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- **INEM** Instituto Nacional de Emergência Médica
- **INMLCF** Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
- **IPSS** Instituição Particular de Solidariedade Social

- **ISS** Instituto da Segurança Social
- **PC** Posto de Comando
- **PMEPCA** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur
- **REPC** Rede Estratégica de Proteção Civil
- **ROB** Rede Operacional de Bombeiros
- **SF** Sapadores Florestais
- **SIRESP** Sistema Integrado de Redes de Emergência e de Segurança de Portugal
- **SMPC** Serviço Municipal de Proteção Civil
- **SMS** Short Message Service (serviço de mensagens curtas)
- **TO** Teatro de Operações
- **UCC** Unidade de Controlo Costeiro
- **ZAP** Zonas de Apoio à População
- **ZCR** Zona de Concentração e Reserva
- **ZRM** Zona de Reunião de Mortos
- **ZS** Zonas de Sinistro

Parte III – Áreas de Intervenção

Parte III - Áreas de intervenção

Áreas de intervenção	B V Aljezur	GNR	Forças Amadas	Autoridade Marítima	INEM e demais serviços de saúde	SF das Terras do Infante	Cruz Vermelha Portuguesa	AHBV Aljezur	EDP	INMLCF	Empresas de Segurança Privada	Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur	Estradas de Portugal	Ministério Público	ICNF	Operadores de Telecomunicações	IPSS de Aljezur	Restaurantes e Empresas de <i>Catering</i>	CNE Agrupamento 1303 de Aljezur	Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur	Unidades Hoteleiras	Agencias Funerárias	Autoridade de saúde do Município	Centro de Saúde de Aljezur	CHA Unidade do Barlavento	Município de Aljezur	Departamento de Obras e Urbanismo do CMA	SMPC de Aljezur	DDeP - Serviços de Ação da CMA	Divisão Adm. Recursos Humanos da CMA	Juntas de Freguesia	Águas do Algarve
Administração de meios e recursos																																	
Logística																																	
Comunicações																																	
Gestão da Informação																																	
Procedimentos de Evacuação																																	
Manutenção da Ordem Pública																																	
Serviços Médicos e Transporte de Vítimas																																	
Socorro e salvamento																																	
Serviços mortuários																																	

Legenda: ■ Interviente ■ Apoio Eventual

1. Administração de meios e recursos

Á área de intervenção de administração de meios e recursos é coordenada pela Câmara Municipal de Aljezur que estabelece os procedimentos e instruções de coordenação das atividades de gestão administrativa e financeiras inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos, assim como eventuais negociações contratuais e processos de seguros, destinados a assegurar a permanente disponibilidade de meios e recursos para apoiar as operações aquando da ativação do PMEPCA.

A requisição de meios e recursos, só é considerada válida quando apresentada pela estrutura de comando responsável pelas operações à CMPC de Aljezur, sendo aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal.

Os meios e recursos requeridos devem adequar-se ao objetivo pretendido, onde deve ser dada preferência a utilização de meios e recursos públicos, sobre os privados, conforme nº3 do artigo 10º da lei nº 27/2006, de 03 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º1/2011 de 30 de Novembro.

1.1. Responsabilidade da gestão financeira e de custos

Compete à CMPC de Aljezur a elaboração das requisições constantes na **Parte IV, secção III, Ponto 3.2.** relativas a bens e serviços para apoio às operações de proteção civil que, após autorização, são adquiridas e liquidadas nos termos legais; A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às operações é dada pela Presidente da Câmara Municipal.

1.2. Negociações contratuais, aquisição de meios/equipamentos e remuneração do pessoal envolvido

Compete a divisão Administrativa e Recursos Humanos do Município as negociações contratuais relativas a bens e serviços para apoio às operações de proteção civil. A requisição/aquisição de meios/equipamentos é feita de acordo com o modelo de requisição que consta na **Parte IV, secção III, Ponto 3.2.** A liquidação das despesas é efetuada segundo a tabela.

O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes deste Plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicados, de qualquer forma, nos seus direitos.

1.3. Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos

O Departamento de Obras e Urbanismo do Município, são responsáveis pelo registo da identificação, hora de chegada, duração da tarefa, hora de saída e demais informações pertinentes relativas ao pessoal e equipamentos que empenhou nas operações de proteção civil, que para, efeitos de apoio, serão validados pela CMPC de Aljezur.

1.4. Gestão de processos de seguros e conta de emergência

As Responsabilidades Administrativas da gestão dos processos de seguros e da conta de emergência são da divisão Administrativa e Recursos Humanos com a supervisão do Presidente da Câmara Municipal.

A conta de emergência poderá receber subsídios públicos ou donativos por parte de particulares e entidades privadas, sendo os mesmos utilizados apenas para suportar os custos associados as ações de emergência e reabilitação.

1.5. Modos de contactos com as entidades fornecedoras

Os contactos com fornecedores privados ou públicos de equipamento estão estabelecidos previamente no âmbito da participação de agentes de proteção civil e organismos com especial dever de cooperação no desenvolver das suas normais atividades, durante os períodos considerados de normalidade.

Visto não existirem protocolos firmados com os mais diversos fornecedores privados de serviços e bens, a relação de proximidade existente no município entre entidades deverá ser mantida, no entanto o contacto com estes será estabelecido através da divisão Administrativa e Recursos Humanos do Município, das pessoas com competência administrativa específica ou diretamente entre os agentes de proteção civil e os seus habituais fornecedores, sob a supervisão administrativa do Presidente da Câmara Municipal. Os contatos e meios mobilizáveis encontram-se organizados na **Parte IV, secção III, Anexo 1** do presente Plano.

2. Logística

A logística terá que estar forçosamente relacionada com a administração de meios e recursos. É de salientar que a escassez de recursos a utilizar ao abrigo de todo o processo de socorro, obriga não só a um controlo rigoroso na aplicação dos meios e recursos disponíveis em mão, nos agentes de proteção civil e entidades com especial dever de cooperação, mas também à utilização racional de todos os meios e recursos pertencentes a privados, mas cruciais no sucesso da operação.

2.1. Apoio logístico às forças de intervenção

No que respeita as zonas de concentração e reserva (ZCR) estas estão organizadas por freguesias, conforme quadro 1.

Quadro 1. Localização das ZCR por freguesia

Freguesia	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
Odeceixe	Campo de Futebol António Nobre	37°25'24.72"N	8°46'03.83"W
Rogil	Parque de feiras e mercado	37°21'52.94"N	8°48'00.79"W
Aljezur	Campo de Futebol Municipal	37°18'37.37"N	8°48'16.25"W
Bordeira	Antiga Escola Primaria da Bordeira	37°11'46.68"N	8°51'34.79"W

Quadro 2. Apoio logístico às forças de intervenção

Apoio logístico às forças de intervenção	
Entidade Coordenadora	
CMPC	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Bombeiros de Aljezur	Forças Armadas
GNR	Autoridade Marítima
INEM	Cruz Vermelha Portuguesa
Operadores de Telecomunicações	ICNF
SMPC de Aljezur	SF Terras do Infante de Aljezur

EDP	CNE agrupamento 1303 de Aljezur
Estradas de Portugal	INMLCF
AHBV Aljezur	Ministerio Público
Restaurantes e Empresas de Catering	Centro de Saúde de Aljezur
Autoridade de saúde do Município	CHA Unidade do Barlavento
Município de Aljezur	Agencias Funerárias
Juntas de Freguesia	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur
Departamento de Obras e Urbanismo da CMA	Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur
Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS	

2.1.1. Alimentação e água potável

- ✓ Nas primeiras 24 horas a satisfação das necessidades logísticas iniciais do pessoal envolvido nas operações estará a cargo dos próprios agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio;
- ✓ Após as primeiras 24 horas, as necessidades logísticas poderão ser suprimidas através dos serviços do Município, caso tal seja requerido pelos agentes de proteção civil, organismos ou entidades de apoio que se encontrem no terreno;
- ✓ A distribuição de água potável ao pessoal envolvido nas operações de socorro poderá ser efetuada pelos serviços do Município, apoiando-se, em caso de necessidade, pelo Corpo Nacional de Escutas, agrupamento 1303 de Aljezur. A alimentação dos elementos que integram a CMPC de Aljezur será da responsabilidade do Município;
- ✓ Deverão ser consideradas como infraestruturas de apoio as cantinas públicas. Em caso de necessidade deverá recorrer-se aos restaurantes do concelho ou a empresas de *catering*.

2.1.2. Combustíveis e Lubrificantes

- ✓ Os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio ficarão responsáveis pelo abastecimento das viaturas e equipamentos, no que respeita a combustíveis e lubrificantes.
- ✓ O Município poderá auxiliar os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio na obtenção de combustíveis e lubrificantes em situações pontuais, recorrendo para tal a meios próprios e aos estabelecimentos privados presentes no Município.
- ✓ Os combustíveis e lubrificantes deverão ser adquiridos no posto de combustíveis da Galp da AHBV de Aljezur.

2.1.3. Manutenção e reparação de equipamentos

- ✓ Os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio ficarão responsáveis pela reparação das suas viaturas e equipamentos;
- ✓ O Município poderá auxiliar os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio na reparação das suas viaturas e equipamentos em situações pontuais, recorrendo para tal a meios próprios e aos estabelecimentos privados presentes no Município.
- ✓ A reparação das infraestruturas básicas essenciais para a atividade dos agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio será da responsabilidade das entidades responsáveis pelas mesmas (EDP, Operadoras de Telecomunicações e EP).

2.1.4. Transportes

- ✓ A disponibilização de meios de transporte ficará a cargo dos meios próprios da Câmara Municipal e caso estes não cheguem proceder-se-á à contratação de meios privados.

2.1.5. Material sanitário

- ✓ A disponibilização de material sanitário ficará a cargo dos agentes de proteção civil e das entidades e organismos de apoio;
- ✓ As entidades que compõem a CMPC de Aljezur deverão disponibilizar instalações próximas do teatro de operações, como edifícios pertencentes à

administração pública, de modo a auxiliar instalações sanitárias às várias entidades envolvidas nas ações de emergência, e/ou o aluguer de outras.

2.1.6. Material de mortuária

- ✓ Os materiais necessários para as ações de mortuária deverão ser acionados pela Autoridade de Saúde do Município;
- ✓ A Autoridade de Saúde do Município poderá ainda requisitar, caso se verifique necessário, materiais e equipamentos aos respetivos fornecedores.

2.1.7. Serviços técnicos

- ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo auxilia a CMPC de Aljezur na definição das medidas de emergência a desenvolver nas áreas afetadas (estabilização de edifícios e demolições de emergência);
- ✓ O Departamento de Obras e Urbanismo ficará responsável por contactar as entidades públicas e privadas que poderão prestar apoio na definição das estratégias de intervenção a operacionalizar;
- ✓ Na fase de reabilitação caberá ainda aos serviços técnicos do Município apresentar estratégias de ação de modo a reativar os serviços essenciais do município.

2.1.8. Alojamento

- ✓ O alojamento do pessoal empenhado nas operações de emergência ficará a cargo do SMPC, o qual deverá recorrer a instalações públicas para alojar temporariamente o pessoal empenhado ou, em alternativa, às instalações das unidades hoteleiras que não tenham sido afetadas pelo evento.

2.2. Apoio logístico às populações

Quadro 3. Apoio logístico às populações

Apoio logístico às populações	
<u>Entidade Coordenadora</u>	
CMPC	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Município de Aljezur	IPSS de Aljezur
DDeP - Serviço de ação social da CMA	Restaurantes do concelho e empresas de catering

SMPC de Aljezur	Unidades hoteleiras
Juntas de Freguesia	Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur
	Águas do Algarve

2.2.1. Alimentação, água potável e agasalhos

- ✓ As Zonas de Apoio à População (ZAP) localizam-se nas sedes das juntas de freguesia do município;
- ✓ A satisfação das necessidades de alimentação, água potável e agasalhos à população deslocada ficará a cargo da Câmara Municipal através da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento – Serviços de Ação Social com a colaboração das IPSS do concelho;
- ✓ A distribuição de água potável pela população do município que não tem acesso à água da rede pública deverá ser efetuada recorrendo as viaturas do corpo de bombeiros. Poderá ainda recorrer-se à distribuição de água engarrafada, ficando as despesas desta operação a cargo do Município de Aljezur.
- ✓ As Águas do Algarve garantem uma reserva para abastecimento de água ao Município e assegura o controlo da qualidade da água nas redes em alta e na entrega em baixa ao Município de Aljezur;
- ✓ A distribuição de alimentos, água potável e agasalhos ao pessoal envolvido nas ações de acolhimento da população deslocada ficará a cargo da Câmara Municipal através do SMPC. No entanto, sempre que possível, os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio, caso possam recorrer a meios próprios, deverão fazê-lo de modo a não sobrecarregar a organização logística que se encontra primordialmente centrada na satisfação das necessidades da população deslocada;
- ✓ Deverão ser consideradas como principais infraestruturas de apoio as cantinas de instalações públicas. Em caso de necessidade deverá recorrer-se aos restaurantes do concelho e a empresas de *catering*.

2.2.2. Abrigos temporários

A definição dos locais de acolhimento temporário da população deslocada deverá ser realizada pela CMPC de Aljezur, ficando a operacionalização dos mesmos sob

responsabilidade do SMPC. Para além da utilização de instalações públicas e entidades de apoio e de unidades hoteleiras poderá recorrer-se à montagem de tendas de campanha. Os locais de acolhimento temporários designados de abrigos comunitários em espaços interiores ou exteriores deverão ter disponíveis balneários e instalações sanitárias, bem como locais amplos para a distribuição de colchões.

a) Auto abrigo provisório

Como primeira opção recorre-se ao auto abrigo provisório para desalojados. Sendo o mesmo feito, em casa de familiares ou com outro vínculo;

b) Abrigos substitutos

Recorre-se a abrigos substitutos, como casas camarárias, hospedarias, hotéis e casas particulares, sempre que o número de famílias desalojadas seja reduzido, a fim de criar melhores condições de vida. Quer em pequenos acidentes graves ou por outro lado quando em situações de catástrofe, grande parte da população já foi realojada.

c) Abrigos comunitários em espaços interiores

Na impossibilidade de recorrer aos autos abrigos provisórios, utilizam-se as infraestruturas já existentes e que não tenham sido afetadas, como escolas, polidesportivos e recintos de feiras como referido na **Parte III, do ponto 5** no Quadro 7 (Locais de abrigos temporários em espaços interiores no concelho de Aljezur) A ação consistirá em adequar essas instalações dotando-as, dos recursos necessários para que se convertam em abrigo temporários, garantindo assim as melhores condições de vida para as populações afetadas

d) Abrigos Comunitários em espaços exteriores

A construção de abrigos em espaços exteriores deve ser a última solução, devido aos altos custos económicos, à grande quantidade de recursos que têm que existir, além de causar uma rutura brusca das condições de vida normais nas populações.

3. Comunicações

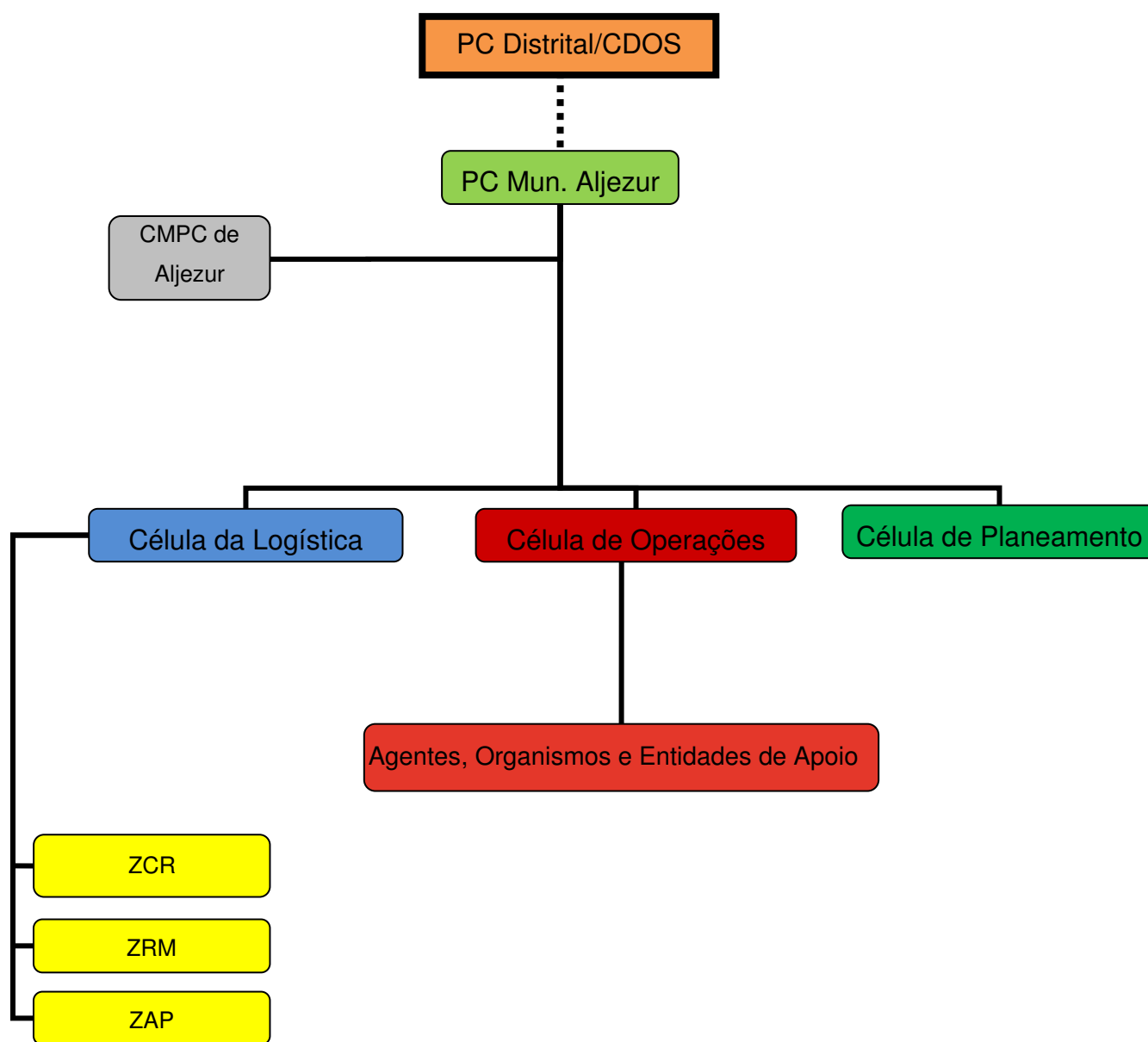
Quadro 4. Comunicações

Comunicações	
<u>Entidade Coordenadora</u>	
Responsável - COS	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Bombeiros de Aljezur	Forças Armadas
GNR	Autoridade Marítima
INEM	Cruz Vermelha Portuguesa
Operadores de Telecomunicações	ICNF
SMPC de Aljezur	SF Terras do Infante de Aljezur

O sistema de comunicações a implementar tem como objetivo assegurar as ligações entre os serviços, agentes, entidades e organizações de apoio que irão intervir no PMEPCA. É da competência do COS estabelecer um plano de comunicações para o teatro de operações, que deve incluir as zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva. Deverá também ser levada em conta a hierarquização das comunicações, de modo a adequar-se aos vários níveis de comando e chefia presentes no teatro de operações.

O organograma de comunicações proposto para o Município de Aljezur deve ter em conta os procedimentos e instruções de coordenação evidenciados nos seguintes esquemas:

Organograma 1. Procedimentos e instruções de coordenação (Comunicações)



A interligação operacional explicitada no organograma acima deverá funcionar com recurso a uma das seguintes redes:

- ✓ Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC);
- ✓ Rede Operacional de Bombeiros (ROB);
- ✓ Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

3.1. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)

A REPC é uma rede partilhada pela estrutura operacional da ANPC e pelos agentes de proteção civil cujo objetivo principal é assegurar uma capacidade de interligação e interoperabilidade ao nível das estruturas superiores de comando.

Para a utilização da REPC estão definidos canais e frequências específicos, sendo que no caso do Concelho de Aljezur serão utilizados os canais e frequências estabelecidas para o distrito de Faro, Zona Operacional do Barlavento que é composta pela estação repetidora da Foia (PC Foia) e equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); equipamentos terminais móveis (veículos) e equipamentos terminais portáteis de utilização individual.

São entidades utilizadores da REPC no concelho de Aljezur, as entidades constantes na **Parte IV secção III, Ponto 5** do presente Plano.

3.2. Rede Operacional de Bombeiros (ROB)

A Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) é exclusiva dos Corpos de Bombeiros, no âmbito das suas atividades profissionais. Para a utilização da ROB estão definidos canais e frequências específicos, sendo que no caso do Concelho de Aljezur serão utilizados os canais e frequências estabelecidas para o distrito de Faro, Zona Operacional do Barlavento que é composta pela estação repetidora da Foia (B Foia), o que corresponde ao canal 86 em semidúplex; equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); equipamentos terminais móveis (veículos) e equipamentos terminais portáteis de utilização individual, com 3 canais de comando, 5 canais táticos e 7 canais de manobra, estando o canal de manobra 4 prioritariamente reservado para as comunicações com os meios aéreos (ar-terra-ar), de acordo com a NEP/8/NT/2010 da ANPC. As frequências de utilização da rede ROB nos canais de coordenação encontram-se na **Parte IV secção III, Ponto 5** do presente Plano.

3.3. Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)

O SIRESP é um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação.

4. Gestão da Informação

É muito importante fazer uma boa gestão da informação, daí que a mesma deve compreender 3 níveis de atuação, um destinado às entidades intervenientes nas operações, outro destinado a todas as entidades constantes no presente plano e o terceiro nível que define os procedimentos a adotar na informação às populações.

O COS é o responsável pela gestão e coordenação da informação no TO, articulando localmente com os diferentes agentes de proteção civil, os organismos e entidades de apoio e superiormente com CMPC através do Posto de Comando Municipal.

Quadro 5. Gestão da Informação

Gestão da Informação	
<u>Entidade Coordenadora</u>	
Posto de Comando Municipal	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Bombeiros de Aljezur	Forças Armadas
GNR	Cruz Vermelha Portuguesa
INEM	INMLCF
Autoridade Marítima	ICNF
SMPC de Aljezur	Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS
SF Terras do Infante de Aljezur	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur
Autoridade de saúde do Município	Ministerio Público
Centro de Saúde de Aljezur	IPSS de Aljezur
CHA Unidade do Barlavento	CNE Agrupamento 1303 de Aljezur
Município de Aljezur	Agrupamento Vertical de Escolas Aljezur
Juntas de Freguesia	Departamento de Obras e Urbanismo da CMA

4.1. Gestão da informação entre as entidades atuantes nas operações

A informação transmitida entre as entidades deve ser a seguinte:

- ✓ Pontos de situação e perspetivas de evolução futura;
- ✓ Cenários e resultados de modelos de previsão;
- ✓ Dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão nas operações de emergência;
- ✓ Outras informações relevantes, para a tomada de decisão.

O COS é o responsável pela gestão da informação no teatro de operações. Os diferentes agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio que estejam envolvidos nas operações deverão assegurar a chegada da informação ao COS através da utilização das redes de comunicações ou de estafetas. A transmissão de informação do COS para os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio será feita pelas mesmas vias.

A fim de garantir uma homogeneidade na passagem de informação entre os diferentes níveis territoriais, serão utilizados os modelos de relatório constantes do **Parte IV, secção III, Ponto 3.1** do presente Plano.

Os relatórios são imediatos (após a chegada das forças ao local) e periódicos de acordo com o estabelecido pelo COS.

Os briefings entre o COS os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio serão diários (a cada 6 horas) salvo indicação expressa em contrário.

4.2. Gestão da informação às entidades intervenientes no plano

A passagem de informação às entidades intervenientes no PMEPCA decorrerá através da REPC, no caso dos agentes de proteção civil, e/ou através de contacto telefónico feito pelo SMPC, no caso das entidades e organismos de apoio, por forma a assegurar que todas as entidades mantêm níveis de prontidão e envolvimento. Na

impossibilidade de utilização de qualquer uma das formas apresentadas, haverá recurso a estafetas.

4.3. Informação pública (população e órgãos de comunicação social)

A informação a transmitir à população e órgãos de comunicação social é feita através dos comunicados que serão difundidos de oito em oito horas, pelos meios de comunicação social.

Nos comunicados à população devem constar informações sobre o ponto de situação, as ações em curso, as áreas de acesso restrito, as medidas de autoproteção, os locais de reunião, de acolhimento temporário, de assistência, os contactos e locais, para informações, receção de donativos e inscrições para serviço voluntário e as instruções para regresso de populações evacuadas.

O comunicado é feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Aljezur, e será divulgado através dos meios que garantem maior celeridade e maior acessibilidade a nível municipal: a Internet, designadamente através do sítio da Câmara Municipal de Aljezur (www.cm-aljezur.pt) e através da Rádio Foia (FM, 97.1 MHz) de 30 em 30 minutos, editais afixados em pontos estratégicos (juntas de freguesia e mercados municipais), via SMS.

Para garantir homogeneidade na passagem de informação à população, serão utilizados os modelos de comunicado constantes na **Parte IV, secção III, Ponto 4** do presente Plano.

5. Procedimentos de Evacuação

A evacuação de determinada área afetada por uma situação de risco é proposta pelo COS e coordenada pela GNR, com o apoio e colaboração de outras entidades;

Para o efeito, a GNR no local deve enquadrar e coordenar as operações de evacuação e controlo de acessos às áreas afetadas, orientando as populações para os locais de concentração definidos, procedendo e mantendo a abertura dos corredores de circulação de emergência e dos itinerários de evacuação, reencaminhando o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;

Em caso de evacuação o transporte será feito, recorrendo a meios do Município, APC's ou recorrendo em último caso a entidades privadas. Se necessário, a GNR poderá solicitar ao PC Municipal o acompanhamento médico, por parte do INEM, Bombeiros e CVP;

A definição dos locais de concentração que servirão de abrigos temporários ou de longa duração será feita de acordo com a localização das áreas afetadas pelos sinistros, preferencialmente espaços interiores, amplos, como as escolas, pavilhões gimnodesportivos e pavilhões de feiras ou então espaços exteriores, como os campos de futebol;

Após controlada a situação de emergência e na impossibilidade da população regressar às suas próprias habitações, as mesmas deverão ser deslocadas para a casa de familiares ou amigos. Caso nenhuma dessas opções seja possível, deverá ponderar-se o seu encaminhamento para casas camarárias, hospedarias, hotéis e casas particulares.

O regresso das populações às áreas afetadas é controlado pela GNR.

Quadro 6. Procedimentos de evacuação

Procedimentos de Evacuação	
Entidade Coordenadora	
GNR	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
GNR	Juntas de Freguesia
Bombeiros de Aljezur	Centro de Saude de Aljezur
SMPC de Aljezur	Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS
INEM	SF Terras do Infante de Aljezur
Cruz Vermelha Portuguesa	Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur
	Forças Armadas
	Empresas de Segurança Privada

Quadro 7. Locais de abrigos temporários em espaços interiores no concelho de Aljezur

	Local	Lotação	Coordenadas	
			Latitude	Longitude
Freguesia Aljezur	Pavilhão gimnodesportivo municipal;	500	37°19'33.74"N	8°47'39.00"W
	Pavilhão gimnodesportivo da EBI/JI	200	37°19'10.61"N	8°47'43.29"W
	Espaço Multiusos de Aljezur (EMA);	1000	37°18'57.32"N	8°47'22.08"W
	Pavilhão dos Bombeiros de Aljezur;	100	37°19'05.16"N	8°47'53.96"W
	Pousada da juventude na Arrifana.	50	37°17'41.40"N	8°51'39.77"W
Freguesia Bordeira	Centro comunitário das Alfambras;	20	37°13'36.56"N	8°49'29.34"W
	Junta de freguesia da Bordeira;	20	37°11'44.82"N	8°51'40.46"W
	Clube cultural e recreativo da Carrapateira.	30	37°10'59.89"N	8°53'42.37"W
Freguesia Odeceixe	Sede do grupo desportivo Odeceixense;	50	37°25'58.24"N	8°46'22.53"W
	Escola primária de Odeceixe (malhadais);	100	37°25'25.43"N	8°46'16.58"W
	Antiga escola primária de Odeceixe.	100	37°25'55.44"N	8°46'25.74"W
Freguesia Rogil	Sede do clube recreativo Rogilense;	50	37°22'09.64"N	8°48'03.86"W
	Salão do rancho folclórico do Rogil.	75	37°22'07.81"N	8°48'03.66"W

Quadro 8. Locais de concentração em espaços exteriores no concelho de Aljezur

	Local	Lotação	Coordenadas	
			Latitude	Longitude
Freguesia Aljezur	Campo de futebol municipal de Aljezur;	300	37°18'37.37"N	8°48'16.25"W
	Espaço Multiusos de Aljezur (EMA)	500	37°18'57.32"N	8°47'22.08"W
	Parque de campismo do Serrão.	2000	37°20'23.65"N	8°48'46.42"W
Freguesia Bordeira	Quinta da aventura na Carrapateira	300	37°11'9.65"N	8°53'54.19"W
Freguesia Odeceixe	Campo de futebol António Nobre;	400	37°25'24.72"N	8°46'03.83"W
	Parque de campismo do S. Miguel.	1500	37°26'18.04"N	8°45'19.03"W
Freguesia Rogil	Parque de feiras e mercado do Rogil.	500	37°21'52.94"N	8°48'00.79"W

6. Manutenção da Ordem Pública

O acesso às Zonas de Sinistro (ZS), Zonas de Concentração de Reforços (ZCR), Zona de Reunião de Mortos (ZRM) e Abrigos Temporários fica limitado às forças de intervenção e outras entidades colaborantes, coordenadas pela GNR através da criação de barreiras físicas, perímetros de segurança ou outros meios de controlo adequados às necessidades.

A manutenção da ordem pública, a limitação do acesso às zonas de sinistro e de apoio à segurança das infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil (centro de saúde, escolas e edifícios dos APC e organismos e entidades de apoio) devem ser asseguradas pelas forças de segurança locais (GNR).

Poderá ser previsto o recolher obrigatório e o patrulhamento pelas forças de segurança nas zonas evacuadas, com vista a impedir roubos e pilhagens, incluindo a possibilidade de detenção de todos os indivíduos aí encontrados sem autorização.

Os procedimentos com vista à segurança das instalações críticas devem prever o destacamento de pessoal das forças de segurança atempadamente a cada uma das infraestruturas referenciadas.

Para os estabelecimentos industriais e comerciais, os procedimentos a adotar podem prever o recurso a empresas de segurança privadas da especialidade, cujos vigilantes se devem apresentar devidamente identificados com o respetivo fardamento da empresa responsável.

Quadro 9. Manutenção da ordem pública

Manutenção da Ordem Pública	
Entidade Coordenadora - Responsável - GNR	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
GNR	SMPC
	Forças Armadas
	Empresas de Segurança Privada

7- Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

O comandante das operações de socorro deverá identificar e informar a direção do plano relativamente à quantidade previsível de meios complementares necessários para triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação de vítimas.

Quadro 10. Serviços médicos e transporte de vítimas

Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	
<u>Entidade Coordenadora</u>	
INEM	
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
INEM	Forças Armadas
Cruz Vermelha Portuguesa	Autoridade de saúde Municipal
Bombeiros de Aljezur	Centro de Saúde de Aljezur
	CHA Unidade do Barlavento

Compete assim, à direção do plano a identificação dos meios a solicitar e em coordenação com o INEM, quando presente, o estabelecimento da ligação ao centro de saúde e aos hospitais de evacuação referenciados, prestando as informações necessárias sobre o tipo de ocorrência e o número estimado de vítimas.

O INEM, utilizando os meios próprios enviados para o local, deve montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o diretor do plano.

Os Bombeiros de Aljezur e a Cruz Vermelha Portuguesa colaboram na evacuação secundária de sinistrados, em estreita articulação com o INEM.

A autoridade de saúde vai dirigir as ações de controlo ambiental e doenças.

O Centro de Saúde de Aljezur tem por missão colaborar e reforçar, as equipas do INEM, nas ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem e hospitais de campanha;

Na impossibilidade de montagem de postos de triagem de vítimas do INEM, deve-se utilizar como alternativa as Extensões de Saúde de Aljezur, Odeceixe, Rogil e Bordeira.

As Forças Armadas, colabora na evacuação secundária de sinistrados, em estreita colaboração com o INEM.

7.1 Unidades Hospitalares alternativas para receção de vítimas

Unidades públicas alternativas de receção de vítimas

- ✓ CHA Unidade Hospital de Faro
- ✓ Hospital do Litoral Alentejano
- ✓ Hospital de Beja
- ✓ Hospital São José

Unidades privadas alternativas de receção de vítimas

- ✓ Hospital Privado de Portugal (São Gonçalo Lagos e Albufeira)
- ✓ Hospital Particular do Algarve (Alvor, Loulé e Faro)

8. Socorro e salvamento

Sempre que ocorra um acidente grave ou uma catástrofe cabe, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou que apresentam missão específica mais adequada fazer a primeira avaliação.

Assim sendo e de acordo com a legislação aplicável, o chefe da primeira equipa de intervenção assume a função de comandante das operações de socorro (COS), onde de imediato, deve avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários.

As **ações de Socorro, Resgate e Salvamento** serão coordenadas pelo comandante das operações de socorro, recorrendo ao corpo de bombeiros, Cruz Vermelha Portuguesa e ao INEM (o qual, por sua vez, se deverá articular com as entidades de saúde local).

A **triagem e evacuações primárias** são coordenadas pelo INEM assim como todas as atividades de saúde em ambiente pré hospitalar, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de postos médicos avançados;

As **operações de busca** serão efetuadas pelas forças de segurança, às quais se poderão apoiar nesta tarefa o corpo de bombeiros e eventualmente os SF das Terras do Infante.

As operações de **combate a incêndio, escoramento de estruturas, contenção de fugas e derrames** serão coordenadas pelo COS recorrendo aos bombeiros, SF das Terras do Infante e técnicos especialistas das diferentes áreas.

No caso de serem necessários serviços de **busca e salvamento na costa litoral** do Município (ou em outras áreas de responsabilidade da Autoridade Marítima) deve-se informar o CDOS, e este o CADIS e o CNOS, de modo a que o CCON em articulação com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo da Marinha, coordene todas as ações necessárias à intervenção na respetiva área de intervenção.

Caso haja uma ocorrência ou iminência de **acidentes com aeronaves** deve as respetivas entidades de Proteção Civil informar o CDOS, e este o CADIS e o CNOS, para que o CCON em articulação com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo (CCBSA) coordene todas as ações de intervenção

O diretor do plano, em articulação com o comandante das operações de socorro, decide quando é que se passa da fase da emergência para a fase de reabilitação, após estarem supridas todas as necessidades relativas à supressão da ocorrência, no que respeita ao socorro e salvamento das vítimas.

As informações recolhidas devem ser comunicadas aos seus centros de coordenação ou de operações e ter em conta o disposto na tabela de gravidade constante na Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007 (Estado de alerta para as diretivas integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), em que o grau de gravidade das ocorrências é tipificado por uma escala de intensidades (residual, reduzida, moderada, acentuada, crítica). Sempre que exista transferência de comando deverá ocorrer um briefing para o próximo Comandante.

9. Serviços mortuários

No concelho de Aljezur em situações cujo número de vítimas mortais não atinja valores elevados, as mesmas deverão ser transportadas para a morgue do CHA Unidade do Barlavento, contudo se por algum motivo não for possível, as mesmas serão encaminhadas para as casas mortuárias, até ao limite das suas capacidades conforme quadro 11.

Quadro 11. Capacidade das casas mortuárias por freguesia

Freguesia	Local	Lotação	Coordenadas	
			Latitude	Longitude
Aljezur	Casa mortuária da Quinta das Ferrarias	10	37°19'3.66"N	8°47'29.15"W
Bordeira	Casa mortuária no cemitério da Bordeira	5	37°11'57.33"N	8°51'9.97"W
Odeceixe	Casa mortuária no cemitério de Odeceixe	5	37°25'24.66"N	8°45'54.78"W
Rogil	Casa mortuária no cemitério do Rogil	5	37°21'28.45"N	8°47'59.44"W

Em situações com elevado número de vítimas mortais em que a morgue não tenha capacidade de resposta, o depósito será feito nos locais indicados no quadro 12., sendo os mesmos coordenados pelo magistrado do Ministério Público, em colaboração com a autoridade de saúde.

Os serviços funerários ficarão a cargo das familiares ou na sua impossibilidade da Agência Funerária local que recorrerá em situações graves a outras agências próximas. Estes serviços colaborarão com os serviços municipais e as juntas de freguesia, através dos técnicos responsáveis e dos coveiros, afim de articular todo o processo com o menor transtorno possível. Quando a capacidade dos cemitérios for ultrapassada, passam a ser utilizados para sepultamentos de emergências os locais indicados no quadro 13.

A identificação dos cadáveres estará a cargo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. que entregará os corpos para serem sepultados após conclusão das tarefas inerentes à sua responsabilidade.

A autorização de remoção e transporte de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspecionados até ao local de reunião de mortos (quadros 11. e/ou 7.), cabe ao Ministério Público e, é solicitado pelo responsável das forças de segurança (GNR ou Autoridade Marítima), presentes no local, a recolha e transporte de cadáver pode ser solicitado as agências funerárias, bombeiros e CVP.

Quadro 12. Locais das morgues provisórias no concelho de Aljezur, sempre que não seja possível na casa mortuária.

Local da ocorrência	Morgue primária	Lotação	Coordenadas	
			Latitude	Longitude
Freguesia Aljezur	Igreja Nossa Senhora de Alva	30	37°18'58.92"N	8°47'43.80"W
Freguesia Bordeira	Igreja da Bordeira	10	37°11'47.70"N	8°51'40.05"W
Freguesia Odeceixe	Igreja de Odeceixe	20	37°25'57.25"N	8°46'15.50"W
Freguesia Rogil	Igreja do Rogil	20	37°22'10.93"N	8°48'03.90"W
Local da ocorrência	Morgue secundária	Lotação	Coordenadas	
			Latitude	Longitude
Freguesia Aljezur	Igreja da Misericórdia	30	37°19'09.12"N	8°48'14.25"W
Freguesia Bordeira	Armazém da JF da Bordeira	30	37°11'42.37"N	8°51'27.15"W
Freguesia Odeceixe	Armazém da JF de Odeceixe	30	37°25'55.70"N	8°46'07.45"W
Freguesia Rogil	Armazém da JF do Rogil	30	37°22'12.04"N	8°48'02.51"W

Quadro 13. Locais para sepultamento de emergência no concelho de Aljezur, sempre que não seja possível nos cemitérios.

Freguesias	Sepultamento de emergência	Coordenadas	
	Local	Latitude	Longitude
Freguesia de Aljezur	A Norte do cemitério de Aljezur	37°19'00"N	8°47'28"W
Freguesia da Bordeira	A Este do cemitério da Bordeira	37°11'58"N	8°51'08"W
Freguesia de Odeceixe	A Norte do cemitério de Odeceixe	37°25'25"N	8°45'54"W
Freguesia do Rogil	A Este do cemitério do Rogil	37°21'30"N	8°47'59"W

10. Protocolos

No âmbito do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur, não existem protocolos firmados com qualquer entidade ou instituição a data da elaboração do plano.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Comissão de acompanhamento do PMEPCA

Câmara Municipal de Aljezur	
José Gonçalves	Vereador com o pelouro da Proteção Civil
Mário Costa	Comandante Operacional Municipal
Jorge Duarte	Geógrafo

Equipa técnica responsável pela elaboração do PMEPCA

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur	
António Santos	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Filipe Carvalho	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil
Henrique Henriques	Técnico de Planeamento de Emergência em Proteção Civil

Índice Geral

Índice de Quadros	4
Lista de abreviaturas utilizadas	5
Parte IV – Informação complementar - Secção I	7
1. Organização geral da proteção civil em Portugal	7
1.1. Estrutura da proteção civil.....	7
1.2. Estrutura de operações.....	8
2. Mecanismo da estrutura de proteção civil	9
2.1. Convocação, composição e competências da Comissão de Proteção Civil	9
2.2. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta	10
2.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso.....	11

Índice de Quadros

Quadro 1. - Convocação, composição e competências da CMPC de Aljezur 9

Quadro 2. - Declaração da situação de alerta 10

Lista de abreviaturas utilizadas

- **ANPC** Autoridade Nacional de Proteção Civil
- **APC** Agentes de Proteção Civil
- **CDOS** Comando Distrital de Operações de Socorro
- **CMA** Câmara Municipal de Aljezur
- **CMPC** Comissão Municipal de Proteção Civil
- **CNOS** Comando Nacional de Operações de Socorro
- **CNPC** Comissão Nacional de Proteção Civil
- **COM** Comandante Operacional Municipal
- **COS** Comandante das Operações de Socorro
- **DIOPS** Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
- **DON** Diretiva Operacional Nacional
- **GNR** Guarda Nacional Republicana
- **ICNF** Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta
- **INEM** Instituto Nacional de Emergência Médica
- **ISS** Instituto da Segurança Social
- **NEP** Norma Execução Permanente
- **NOP** Norma Operacional Permanente
- **NUT** Nomenclatura de Unidade Territorial
- **PDEPC** Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
- **PDM** Plano Diretor Municipal
- **PEERST-ALG** Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico e de Tsunamis na Região do Algarve
- **PMDFCI** Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

- **PMEPCA** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aljezur
- **PMEPCO** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Odemira
- **PMEPCVB** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Vila do Bispo
- **PMEPL** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos
- **POAP – PNSACV** Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- **PROF-ALG** Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve
- **PROT-ALG** Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
- **SF** Sapadores Florestais
- **SIG** Sistema de Informação Geográfica
- **SIOPS** Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
- **SMPC** Serviço Municipal de Proteção Civil
- **TO** Teatro de Operações
- **UCC** Unidade de Controlo Costeiro

Parte IV – Informação complementar - Secção I

1. Organização geral da proteção civil em Portugal

A estrutura de Protecção Civil em Portugal tem 3 patamares, nomeadamente, Nacional, Distrital/Regional e Municipal. A CNPC assiste o Primeiro-Ministro e o Governo. Tem como órgão máximo a Assembleia da República, soberana ao Governo, que por sua vez tem um Primeiro-Ministro e um Conselho de Ministros.

Na base do nível nacional está o Ministério da Administração Interna, apoiado pela Comissão Nacional de Protecção Civil e pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, entidade da sua tutela.

Do ponto de vista operacional, a organização está centrada numa lógica supradistrital, existindo 5 agrupamentos de distritos. Estes agrupamentos distritais de operações de socorro são dirigidos pelo Comandante Operacional de Agrupamento Distrital. Em cada Distrito existe um CDOS dirigido pelo Comandante Operacional Distrital (CODIS) e um 2º CODIS.

A nível municipal, o Presidente da Câmara é a autoridade municipal de proteção civil, o qual é apoiado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil. A nível municipal existe a figura do Comandante Operacional Municipal (COM), o qual depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, o qual detem as competências previstas no artigo 14º da Lei n.º65/2007, de 12 de novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º114/2011, de 30 de novembro.

1.1. Estrutura da proteção civil

A Lei de Bases da Protecção Civil define, no seu capítulo III, o enquadramento, coordenação, direcção e execução da política de protecção civil. A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), sob a alçada do Ministério da Administração Interna (MAI), tem como missão planear, coordenar e executar a política de protecção civil, designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro de populações e de superintendência da actividade dos bombeiros bem como assegurar o planeamento e coordenação das

necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra.

As Comissões de Protecção Civil constituem os órgãos de coordenação em matéria de protecção civil e podem ser de âmbito Nacional (CNPC), Distrital (CDPC) ou Municipal (CMPC).

Os Municípios dispõem de um serviço municipal de protecção civil (SMPC), responsável pela prossecução das actividades de protecção civil de âmbito municipal.

1.2. Estrutura de operações

No plano operacional, o SIOPS é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único. O SIOPS é regulado em diploma próprio – Decreto-lei n.º 134/2006 de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio. Neste diploma, encontram-se definidas as responsabilidades pela coordenação institucional, o Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) e os Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD). No que diz respeito à gestão das operações, esta é comandada a nível nacional pelo Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), que compreende a célula operacional de planeamento, operações, monitorização e avaliação do risco e informações, a célula operacional de logística e comunicações e a célula operacional de gestão de meios aéreos, dirigidas por chefes de células operacionais. Ao nível distrital esta estrutura está representada pelo Comando Distrital das Operações de Socorro (CDOS).

A nível municipal foi criada a figura do Comandante Operacional Municipal (COM) pela Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que depende hierarquicamente e funcionalmente do Presidente da Câmara

2. Mecanismo da estrutura de proteção civil

2.1. Convocação, composição e competências da Comissão de Proteção Civil

A Comissão Municipal de Protecção Civil de Aljezur é o órgão de coordenação em matéria de protecção civil no Município de Aljezur.

A CMPC de Aljezur será convocada por telefone, ou email para os contactos directos de cada um dos seus membros. Na impossibilidade de serem utilizadas as comunicações por telefone, os membros serão convocados pessoalmente através do envio de estafeta.

Quadro 1. - Convocação, composição e competencias da CMPC de Aljezur

Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro

Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro	
Convocação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presidente da Câmara Municipal de Aljezur.
Composição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presidente do Município de Aljezur; ✓ Comandante Operacional Municipal de Aljezur; ✓ Um elemento de Comando dos Bombeiros Voluntários de Aljezur; ✓ Um representante da GNR de Aljezur; ✓ Um representante da GNR de Odeceixe; ✓ Um representante da GNR do Subdestacamento da UCC de Aljezur; ✓ Autoridade de Saúde do Município; ✓ O coordenador do Centro de Saúde de Aljezur; ✓ O diretor do Centro Hospitalar do Algarve; ✓ Um representante do Centro Distrital de Segurança Social de Aljezur do ISS; ✓ Um representante dos SF da Associação Terras do Infante; ✓ Um representante da Casa da Criança; ✓ Um representante do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljezur; ✓ Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur; ✓ Um representante da EDP distribuição; ✓ Um representante da Freguesia de Odeceixe; ✓ Um representante da Freguesia de Rogil; ✓ Um representante da Freguesia de Aljezur; ✓ Um representante da Freguesia de Bordeira; ✓ Um representante das Águas do Algarve; ✓ Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas; ✓ Um representante da Autoridade Marítima Local - Capitania do Porto de Lagos.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar a elaboração do PMEPCA e remetê-lo para aprovação pela CNPC, acompanhando a sua execução; ✓ Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique; ✓ Avaliar a situação tendo em vista o accionamento do plano; ✓ Determinar o accionamento do plano municipal de emergência quando tal o justificar; ✓ Acompanhar a execução do plano municipal de emergência; ✓ Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil; ✓ Gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear; ✓ Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.
--	--

2.2. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta

A situação de alerta é declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e ou medidas especiais de reacção não mobilizáveis no âmbito municipal.

Quadro 2. - Declaração da situação de alerta

Declaração da situação de alerta	
Âmbito da declaração	Declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reacção.
Medidas especiais a adotar	<p>Além das medidas especialmente determinadas pela natureza da ocorrência, a declaração da situação de alerta dispõe expressamente sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A obrigatoriedade de convocação das CMPC; b) O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e APC, bem como dos recursos a utilizar; c) O estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança; d) A adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência. <p>A declaração da Situação de Alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos OCS, em particular a rádio Fóia FM, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.</p>

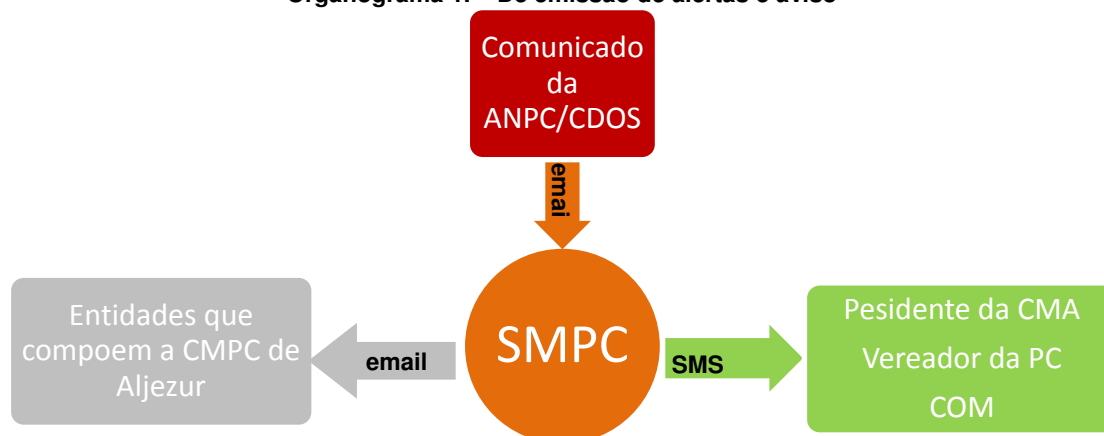
O modelo de declaração da situação de alerta de âmbito municipal encontra-se no Anexo 7.

2.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso

O Município de Aljezur não dispõe de qualquer sistema próprio de monitorização e alerta dos principais riscos existentes no território concelhio, pelo que o desencadeamento de procedimentos de alerta está francamente dependente das informações difundidas pelo CDOS de Faro.

Sempre que é recebido no SMPC de Aljezur um comunicado técnico operacional da ANPC/CDOS, são de imediato despoletados sistemas de alerta para uma cadeia de pessoas e entidades já previamente estabelecida. Esquematicamente:

Organograma 1. – De emissão de alertas e aviso



Este sistema de alerta das entidades e organismos que poderão ser chamados a intervir, em caso de iminência e/ou ocorrência de acontecimentos susceptíveis de provocar danos em pessoas e bens, é um sistema redundante. São utilizados em simultâneo os diversos meios de difusão da informação (e-mail e sms) por forma a garantir a fiabilidade da comunicação, em caso de falha de uma das vias.

A transmissão do aviso às populações será feita recorrendo aos meios a utilizar para divulgação da ativação do PMEPCA são aqueles que garantem maior celeridade e maior acessibilidade a nível municipal: a Internet, designadamente através do sítio da Câmara Municipal de Aljezur (www.cm-aljezur.pt), através da Rádio Foia (FM,

97.1 MHz), editais afixados em pontos estratégicos (juntas de freguesia e mercados municipais), via SMS.

A informação a transmitir à população deverá indicar sobre as zonas potencialmente afectadas, os itinerários de evacuação, os locais de abrigo e as medidas de autoprotecção a adoptar, de acordo com o previsto na **Parte IV, secção III, Ponto 4**.